



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Gabriel Matheus Mota dos Santos

A produção da Câmara de um município de grande porte do estado da Bahia: Ano 2018

Cachoeira
2019

Gabriel Matheus mota dos santos

A produção da Câmara de um município de grande porte do estado da Bahia, ano 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Inês Caetano Ferreira

Cachoeira
2019

GABRIEL MATHEUS MOTA DOS SANTOS

A produção da Câmara de um município de grande porte do estado da Bahia, ano 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

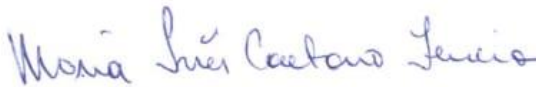
Aprovado em 15 de julho de 2019.



Antônio Eduardo Alves de Oliveira
Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Thiago Chagas
Bcl. em Direito
Vereador da Câmara de Cruz das Almas



Maria Inês Caetano Ferreira
Professora Orientadora
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois durante estes três anos de tantas idas e vindas nunca nenhum tipo de mal me alcançou.

Agradeço ao meu Pai e família que nunca desistiram de mim e sempre me ofereceram amor eu deixo minha eterna gratidão.

Agradeço a FAPESB pelo financiamento desta pesquisa, além de ser meu trabalho de conclusão de curso é também o meu projeto de iniciação científica.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Maria Inês Caetano Ferreira por todo o suporte, apoio e confiança e empenho durante a construção deste trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que eu conheci durante o curso especialmente a turma de 2016.1, e estes tanto quanto minha família teve um papel fundamental durante a caminhada.

Apesar de ser grato a toda turma de 2016.1 pela caminhada existem pessoas que marcam a nossa vida mais do que outras, então eu deixo aqui o a minha gratidão aos caros amigos Caio, Icaro, Neto, Álvaro, Mirele, Maria Eduarda, Carlos, Tadeu, Felipe, Nataly, Pedro e a todo o CA de Gestão Pública da UFRB.

A todos meu muito obrigado!!!

As pessoas são como as palavras
Só tem sentido quando juntas uma das outras

Emicida – Yasuke

SANTOS, Gabriel Matheus mota dos. **A produção da Câmara de um município de grande porte do estado da Bahia, ano 2018.** 64 p. 2019. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

RESUMO

Com a descentralização do poder legislativo as Câmaras municipais passaram a ter maior relevância dentro dos municípios, passando a ser responsável pela formulação de normas e leis e pela organização municipal. Os temas debatidos dentro das Câmaras possuem uma grande relevância dentro do município pois estas podem influenciar no funcionamento do município e no cotidiano dos munícipes. Apesar de ser um órgão muito importante dentro dos municípios este não é acompanhado da melhor forma possível pela população, abrindo assim espaço para o debate de temas que fujam das reais necessidades do município. Esta pesquisa buscou fazer o levantamento dos temas debatidos pelo Poder Legislativo de um município de grande porte, identificando quais são os temas mais debatidos e os partidos que possuem maior número de propostas. Para a realização desta pesquisa foi utilizada a pesquisa documental em caráter qualitativo, os dados utilizados estavam disponíveis no site da Câmara deste município, a coleta dos dados possibilitou a construção do panorama municipal através de um quadro com as 25 categorias debatidas no ano de 2018. A pesquisa revelou que as 5 categorias mais debatidas por esta Câmara municipal representa mais de 50% das propostas feitas pelo legislativo local, porém estas categorias estão distantes das reais necessidades do município.

Palavras-chave: Vereadores. Câmara municipal. Poder legislativo

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Número de vereadores por número de habitantes.....	Pág. 18
Tabela 02	IDHM do município.....	Pág. 29
Tabela 03	Sessões mês a mês.....	Pág. 31
Tabela 04	Quantidade de propostas de cada partido.....	Pág. 32
Tabela 05	Quantidade das propostas de cada categoria.....	Pág. 34
Tabela 06	Homenagens.....	Pág. 35
Tabela 07	Efeméride.....	Pág. 35
Tabela 08	Relação.....	Pág. 36
Tabela 09	Finanças e orçamento.....	Pág. 36
Tabela 10	Logradouro.....	Pág. 37

SUMÁRIO

1 Introdução	P. 8
2 Poder legislativo	P.11
2.1 Funções do poder legislativo.....	P.12
2.2 Funções típicas	P.12
2.2.1 Função Legislativa	P.12
2.3 Funções atípicas	P.12
2.3.1 Função Fiscalizadora.....	P.12
2.3.2 Função Deliberativa.....	P.13
2.3.3 Função Julgadora.....	P.13
3 Câmara Municipal	P.15
3.1 Regimento Interno.....	P.17
3.2 Vereador.....	P.17
3.3 Competências do Legislativo municipal.....	P.19
4 Representação Política	P.21
5 Metodologia	P.24
5.1 Município.....	P.27
5.2A Câmara municipal.....	P.30
6 Apresentação de dados obtidos	P.31
6.1 Principais partidos deste município.....	P.32
6.2 Principais propostas debatidas na Câmara.....	P.33
7 Considerações finais	P.39
Referencias	P.41
Apêndice	P.43

1 Introdução

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil, os municípios ganharam maior importância no cenário político local, passando a ser entes federativos. Isso garante a eles maior autonomia possibilitando que cada um se organize da forma que melhor lhe couber, tendo assim liberdade para a criar de leis municipais e completar a Constituição Federal no que couber, como é apontado pelo IBAM 2015:

“O Governo Municipal não está subordinado a qualquer autoridade estadual ou federal, de suas atribuições e que as leis municipais, sobre qualquer assunto de sua competência expressa, prevalecem sobre as leis federais e estaduais, inclusive sobre a Constituição Estadual, em caso de conflito.”

Com isso os municípios passam a reger-se por lei orgânica – sendo esta a lei maior de um município – disciplinando o funcionamento de uma categoria específica de alguns dos poderes. Ganharam também o poder de auto-organização que antes lhe era negado, podendo assim legislar sobre assuntos de interesse local, e também complementar a Constituição quando necessário.

Conseqüentemente, as Câmaras Municipais adquiriram maior relevância dentro dos municípios, o que antes era decidido no nível Estadual e/ou Federal agora passa a ser decidido no nível municipal pelas Câmaras dos vereadores. A Câmara tem como finalidade o desenvolvimento de respostas para questões municipais.

A Câmara é um órgão que representa o Poder Legislativo municipal, o qual se compõe de vereadores eleitos pelo povo através do voto direto, estes passam a ser políticos, eleitos de forma direta e democrática pelo povo.

Os vereadores exercem funções como Legislativa criando projetos de leis que beneficiem o município; Fiscalizadora esta tem como objetivo o controle dos gastos da administração municipal; Administrativa função destinada a organização dos serviços internos da casa legislativa; Julgadora esta atribuição é aplicada quando o Poder Legislativo processa e julga o chefe do Poder Executivo local em crimes de responsabilidade fiscal.

Estas funções têm como finalidades ajudar o município a exercer a sua autonomia como é assegurado no Constituição Federal, além de ajudar na identificação das novas demandas da população, e criar projetos de leis que possam ser implementados pelo município desde que esteja de acordo com a Constituição Federal.

A Câmara municipal é o principal órgão de representação do cidadão no município, nela são debatidas as necessidades e demandas locais, sendo os vereadores como principais responsáveis pelo acompanhamento do dia a dia da população e das suas demandas, segundo Backer e Souza, (2013, P.4, apud MOTTA, 2013):

Câmara de “Vereadores é a “Casa do Povo”. Portanto, isto já determina ao edil a reserva de um espaço especial no seu trabalho para receber e dialogar com a população suas ansiedades e demandas, procurando sempre contribuir para atender ou ao menos responder com presteza.

Tendo consciência das demandas da população e as levando para serem debatidas na Câmara do município. O Edil por sua vez torna-se o porta-voz do povo dentro da casa legislativa municipal, uma vez que os mesmos são escolhidos pelo povo para os representar.

Os vereadores são eleitos pela população durante o período eleitoral, e esta serve para que povo escolha o candidato que tenha as melhores propostas. Para que assim o cidadão possa transferir para o político o poder autoridade possibilitando que o mesmo possa agir em nome do povo, e essa transferência é feita por meio do voto no período eleitoral, que segundo Manin, Przeworski e Stokes.

servem para selecionar boas políticas ou políticos que sustentam determinadas políticas. Os partidos ou os candidatos fazem propostas políticas durante a campanha e explicam como essas propostas poderiam afetar o bem-estar dos cidadãos, os quais elegem as propostas que querem que sejam implementadas e os políticos que se encarregarão de praticá-las; os governos, efetivamente, realizam-nas. (2005, P1)

A partir do que foi exposto acima podemos concluir que os vereadores são a principal forma de representação do povo dentro da Câmara dos vereadores. Além de representar o cidadão dentro da casa legislativa do município, cabe aos vereadores:

- Elaboração e aprovação dos planos orçamentários do município, como o PPA, LDO e LOA;

- operações de crédito;
- Elaboração do Plano diretor municipal;
- estabelecer as regras de zoneamento;
- organização interna;
- julgamento das contas anuais do Município;
- Fiscalização do poder executivo local.

As Câmaras municipais têm papel de fundamental dentro do município, uma vez que as decisões da casa legislativa municipal podem interferir diretamente no cotidiano do cidadão, porém existe um certo distanciamento da população em relação a questões da política local, os munícipes sequer têm conhecimento sobre o funcionamento da Câmara dos vereadores, sobre as propostas de projetos de leis.

Os vereadores pertencem a um grupo muito importante dentro dos municípios pois estes representam os munícipes dentro da casa legislativa municipal, sendo responsáveis também pela elaboração de projetos de leis destinados à solução de problemas municipais.

As suas propostas possuem grande relevância dentro do município uma vez que elas podem influenciar no cotidiano do município, por isso a presente pesquisa tem como finalidade identificar quais são as principais iniciativas propostas pelos vereadores, especificando quais foram os projetos de lei, homenagens e datas comemorativas, etc propostas pelos vereadores durante as sessões ordinárias e extraordinárias no ano de 2018, além de identificar quais os partidos mais atuantes nesse município. A partir dessa identificação busca-se criar um panorama do Poder legislativo municipal que pertence a um município baiano de grande porte com aproximadamente 600 mil habitantes.

Este trabalho está dividido em seis capítulos, no primeiro capítulo é feita a introdução do tema, no segundo capítulo é feita a apresentação sobre o poder legislativo, no terceiro é exposto a forma como as Câmaras municipais se organizam, no quarto capítulo é feita a apresentação o conceito de representação, no quinto capítulo é apresentado a metodologia identificando como foi realizado esta pesquisa, e no sexto capítulo é feita a apresentação dos dados obtidos pela pesquisa.

2 Poder Legislativo

O poder legislativo é um dos três poderes do Estado, sendo atribuída a ele a função de legislar, ou seja, a produção de leis que regulam o Estado, a sociedade, a conduta dos cidadãos e das organizações tanto públicas como privadas.

E este poder é um órgão constitucional, que tem em sua composição membros eleitos pelo povo. A sua finalidade é a representação do povo, que elege edis para exercer este cargo pelo período de quatro anos.

O Poder Legislativo no Brasil se divide nos três níveis de governo, atuando assim dentro do nível Federal, Estadual e Municipal. O Poder Legislativo no nível federal é bicameral, ou seja, o legislativo é exercido por duas Câmaras sendo elas a Câmara dos Deputados que também é conhecida como Câmara baixa, e esta representa o interesse do povo brasileiro. O Senado Federal também conhecido como Câmara alta, tem como propósito a representação dos interesses do estado que o elegeu.

No nível estadual o legislativo é exercido pelas assembleias legislativas que são compostas por deputados estaduais, a quem cabe propor, emendar ou alterar os projetos de lei que representem os interesses da população, desde que eles não entrem em conflito com as normas federais ou municipais. Já no âmbito municipal o legislativo é correspondente as Câmaras municipais e esta casa legislativa é o poder mais próximo do povo. O poder legislativo tanto no nível federal, estadual e municipal possuem basicamente a mesma finalidade representar o povo e fiscalizar o poder executivo.

2.1 Funções do poder legislativo

O poder legislativo possui essencialmente a função legislativa, porem ele também é responsável pelas funções fiscalizadora, deliberativa, e julgadora, como é colocado por Resende (2015). As funções do legislativo são divididas de acordo com a sua natureza sendo funções típicas ou atípicas. A função de legislar é a função típicas do poder legislativo, já que a natureza do poder legislativo é a de formulação leis para atender as demandas da população regulando assim o cotidiano da

sociedade e os membros do poder legislativo - sejam eles deputado federal ou estadual e vereadores - têm como função primordial a representação da população, já que os mesmos o escolheram para os representar dentro da casa legislativa. E as funções atípicas do Poder Legislativo são voltadas para garantir a sua autonomia diante dos outros poderes, dispendo de assuntos como a sua organização, cargos e servidores (função típica do executivo) e quando o Senado julga o Presidente da República em crimes de responsabilidade (função típica do judiciário).

2.2 Funções típicas

2.2.1 *Função Legislativa*

Esta é a atribuição mais importante e convencional do poder legislativo, a produção de direitos ou elaboração de leis que regem e influenciam o dia a dia da sociedade, concretizando-se por meio de processo legislativo. Segundo Rezende (2017), poder ser definido como “o conjunto de atos (iniciativa, emenda, votação, sanção, veto) realizados pelos órgãos legislativos visando à formação das leis constitucionais, complementares e ordinárias, resoluções e decretos legislativos”. Estas leis poder ser de duas naturezas, sendo elas formais ou materiais; as leis formais são normas jurídicas aprovadas pelo poder legislativo de acordo com a constituição. As leis matérias são normas jurídicas genéricas, abstratas e inovadoras. A sua generalidade indica que a mesmas não tem destinatário determinado, sendo assim a mesma atinge a todos da sociedade sem exclusão.

2.3 Funções atípicas

2.3.1 *Função Fiscalizadora*

Tão importante quanto a função de legislar, a fiscalização exercida pelo legislativo tem como finalidade o controle do Poder executivo, realizando assim o controle externo deste poder, fiscalizando tanto os seus atos quanto as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O ato de fiscalizar o executivo está fixado na Constituição Federal no art.70:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

A fiscalização externa e interna é necessária para que os atos do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo estejam em conformidade com as normas jurídicas brasileiras, e com a Constituição Federal. Isso porque todos os atos dos poderes públicos, inclusive do Poder Executivo, devem ser compatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e fiscalizados pelo Poder Legislativo.

2.3.2 Função Deliberativa

Alguns dos temas aprovados pelo legislativo dependem da aprovação do chefe do Poder executivo (Presidente, governador e prefeito). Porém existem competências que são de exclusiva do legislativo, não estando sujeitas a sanções do executivo.

As competências que são exclusivas do legislativo, são tratadas através de resolução ou decreto legislativo, e quando aprovados pelo legislativo, são promulgados pelo chefe da instituição. Estes assuntos dizem respeito à economia interna do Poder Legislativo, a sua organização e ao seu funcionamento e aos serviços administrativos internos. Sendo assim cada casa legislativa pode cuidar de suas funções das suas atividades internas da maneira que melhor lhe agrade, respeitando as normas constitucionais e legais.

2.3.3 Função julgadora

Assim como o Judiciário o Legislativo também possui a atribuição de julgar determinadas autoridades do poder executivo e do próprio legislativo, esta função consiste em julgar as contas e os atos do chefe do poder executivo, avaliando a existência de crimes de responsabilidade, como a ponta a Lei Federal nº 1079 de 1950 que determina os crimes de responsabilidade que o presidente da república pode cometer:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I – A existência da União;
- II – O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III – O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV – A segurança interna do País;
- V – A probidade na administração;
- VI – A lei orçamentária;
- VII – O cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Sendo assim, se houver denuncia de crimes de responsabilidade, a Casa legislativa deve autorizar, por 2/3 de seus membros a abertura do processo e se condenado pelo voto de 2/3 dos senadores, o chefe do executivo será destituído do cargo e ficará inabilitado para o exercício de função pública pelo prazo de 8 anos, nos termos do art. 52, parágrafo único, da Constituição Federal.

Estas funções destacam a importância e a amplitude do poder legislativo para o estado e sociedade, uma vez este poder influencia diretamente no desenvolvimento municipal e na democracia que é essencialmente o poder do povo. A existência do legislativo eficiente e representativo garante aos cidadãos maior representação dos seus interesses.

3 Câmara Municipal

A Câmara municipal ou Câmara dos vereadores é o órgão responsável pela representação do Poder Legislativo no município, e este órgão é constituído por vereadores eleitos diretamente pelo voto popular em listas abertas no sistema proporcional, estes representam o cidadão dentro desta casa legislativa pelo período de uma legislatura, ou seja, por quatro anos.

Este órgão, por ser a representação do Poder Legislativo no município, tem essencialmente as mesmas duas grandes funções do Legislativo Federal a fiscalização e legislação. Porém a sua atuação se limita aos municípios, sendo assim o principal responsável pela elaboração das leis municipais, como exemplo as leis que regem o funcionamento do município, sendo encarregados também pela fiscalização das ações e as contas do poder executivo municipal que é exercido pelo prefeito e auxiliado pelo vice-prefeito e pelas secretarias.

Cada casa legislativa municipal tem o seu próprio regimento Interno e este é um conjunto de normas que rege o funcionamento da Câmara, disciplinando as suas atividades e funções que são desenvolvidas pelos edis. Este documento é essencial, para o seu funcionamento, como afirma Marques (2005): O Regimento Interno é o instrumento que estabelece o equilíbrio entre a maioria e minoria.

As casas legislativas municipais se organizam de acordo com as suas necessidades, como por exemplo, a composição das casas legislativas nos municípios brasileiros é regida pela Constituição Federal. Segundo esta Carta, a composição mínima da Casa deve ser de 9 vereadores – no caso de localidades com até 15 mil habitantes – e a composição máxima é de 55 vereadores – para municípios com mais de 8 milhões de habitantes.

O legislativo municipal desenvolve suas atividades durante as sessões legislativas, que segundo o IBAM:

- I. **Sessões ordinárias:** são as que se realizam para as deliberações e trabalhos de rotina, em dia, hora e local prefixados em resolução ou no próprio Regimento Interno;
- II. **Sessões extraordinárias:** realizam-se em caráter excepcional, para deliberações sobre matéria urgente, ou para posses, recepções ou homenagens de caráter cívico e social, neste caso denominadas sessões solenes;

- III. **Sessões solenes:** convocadas para homenagens ou comemorações cívicas, em qualquer recinto e com qualquer número, pois nelas nada se delibera. Com exceção das sessões solenes, nas demais o comparecimento do Vereador é obrigatório, e por suas faltas poderá perder o mandato, conforme dispuser a Lei Orgânica local.

Estas sessões são um espaço aberto aos munícipes, que podem participar das sessões através da tribuna popular, sendo este o espaço concedido pela Câmara para que todos possam se manifestar sobre diversos assuntos.

Além da tribuna, a população pode se expressar durante as audiências públicas, que é um instrumento de participação popular no qual o poder Executivo e Legislativo e ou Ministério Público expõem um tema para ser debatido com a população, a fim de formular uma política pública, ou a elaboração de um projeto de Lei que possam afetar a cidade, vida das pessoas e até mesmo meio ambiente de forma positiva.

As Câmaras municipais possuem vários órgãos como a mesa diretiva, plenário, bancadas e comissões.

- **A mesa diretiva** é o órgão que dirige as atividades administrativas e legislativa da Câmara, e seus integrantes são eleitos pelos próprios vereadores para um mandato de dois anos.
- **Plenário** é o principal órgão da Câmara e este é composto por todos os vereadores eleitos, expressando o próprio poder legislativo, e é este órgão que autoriza empréstimos, convênios, que julga as contas do Prefeito, que julga o Prefeito e Vereador.
- **Bancadas** os edis se organizam em grupos do mesmo partido ou coligação com representação na Câmara.
- **Comissões** estas são estabelecidas pelo regimento interno das Câmaras, e estas opinam sobre os temas para o qual elas foram criadas e emitem parecer sobre os mesmos.

Estes órgãos apresentam os seus respectivos presidente e vice-presidente responsáveis pela condução dos trabalhos e definições das pautas, ordem de votação, concessão da palavra aos vereadores e manutenção da ordem pública, e o presidente da câmara por sua vez preside também o Plenário e a Mesa.

3.1 Regimento Interno

O Regimento Interno é um conjunto de normas que regem o funcionamento da casa legislativa, disciplinando as suas atividades, e as funções dos edis, este documento é essencial, para o seu funcionamento, como afirma MARQUES, 2005: O Regimento Interno é o instrumento que estabelece o equilíbrio entre a maioria e minoria.

3.2 Vereador

Os vereadores são agentes políticos eleitos, e estes possuem um mandato eletivo com a duração de quatro anos. A eleição destes agentes políticos é realizada pelo sistema de representação proporcional e pelo voto direto e sigiloso, sendo realizado de quatro em quatro anos as novas eleições como é exposto no art. 29, da Constituição Federal, sendo realizada de forma simultânea em todo o país, junto com a eleição para Prefeito e Vice-prefeito.

Cada município tem um número de vereador fixado pela Constituição, mas apesar desta detalhar a quantidade de vereadores conforme o número de habitantes, este quadro sofreu algumas mudanças com o tempo. A Emenda Constitucional 58, derivada das PECs 336/09 e 379/09 introduz uma nova tabela com 24 faixas, descrevendo a quantidade de edil pela população municipal, a nova tabela inicia com a quantidade mínima de 9 vereadores para 15 mil habitantes e tem como quantidade máxima 55 para cidades com uma população superior a 8 milhões.

A posse dos vereadores se dá por meio de ato público realizado durante sessão solene convocada especialmente para a posse dos edis, e a data posse coincide com a instalação da nova legislatura. Caso algum vereador não tome posse durante esta sessão o mesmo precisara tomar posse dentro do período que é estabelecido pela lei orgânica municipal, a posse é um ato administrativo, e esta não pode ser delegado a outra pessoa.

Após a posse os vereadores se tornam responsáveis pela representação da população dentro da casa legislativa municipal, uma vez que estes foram eleitos como este propósito. Atuando na representação dos interesses do público local e ajudar na

identificação das necessidades da população, bem como nas respostas para essas demandas identificando possíveis soluções.

Além das atividades já citadas os vereadores possuem outros encargos como é apresentado por MARQUES, 2005 os vereadores têm como funções:

- I. **Legislar:** Estabelecer normas legais, que iram reger o funcionamento dos municípios e da administração pública municipal.
- II. **Fiscalizar:** O acompanha a execução do orçamento e a legitimidade do poder executivo.
- III. **Sugerir:** Os edis podem sugerir ou alertar o poder executivo sobre determinado tema sugerindo também providencias para melhor atendê-las.
- IV. **Representar:** O vereador deve buscar levar temas de interesse local para ser debatido na Câmara municipal.
- V. **Participar da elaboração do orçamento:** É por meio do orçamento público que o munícipe toma conhecimento dos recursos que estão à disposição do governo sobre a alocação destes nos diferentes programas municipais, estadual, e federal, esta atividades tem como finalidade atender as demandas da sociedade por meio de prestação de serviços, visando à melhoria da condição de vida da população.
- VI. **Administrar:** Função exercida pelo presidente de um dos órgãos que compõe a Câmara, este tem como função o gerenciamento dos recursos que são postos a sua disposição.

Estas atribuições tornam os vereadores figuras muito importantes para o funcionamento dos municípios, já que a eles são os responsáveis para tratar de assuntos como a provação dos documentos orçamentários do município; Elaborar, deliberar e votar o Plano Diretor municipal; E aprovar o plano municipal de educação.

3.3 Competências do legislativo municipal

A partir da Constituição Federal de 88 os municípios tornaram-se entes federativos, ganhando novas responsabilidades e funções, os municípios passaram a ser o responsável pela sua organização, no qual cada cidade iria se reger pela sua lei

orgânica municipal. A lei orgânica municipal é elaborada pelo poder legislativo municipal, sendo elaborada de acordo com as demandas e o interesse local.

A Constituição federal determina essencialmente que os municípios legislem sobre assuntos de interesse local e completem a legislação estadual e federal no que couber, e institua tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria), desde que seja dentro da sua competência. E para que o legislativo municipal atue da melhor forma possível o Prefeito e os Vereadores atuam conjuntamente, já que são as autoridades representativas dos eleitores do Município. O Poder Executivo: Prefeito; e o Poder Legislativo: a Câmara de Vereadores elaboram as leis, seguindo o que é estabelecido pelo processo legislativo.

As Câmaras municipais possuem uma grande importância no contexto político local, e a partir dela é possível fazer com que o município se organize e atue de forma correta sobre cada tema proposto, visando atender os anseios da população local da melhor forma possível, ouvindo as suas propostas e críticas fazendo dela um parceiro afim de melhor atender o município.

4 Representação política

Em sistemas políticos democráticos, os cidadãos dispõem de diferentes meios para canalizar seus interesses por meio do sistema político. E um desses meios a representação política se caracteriza pela representação política, no qual o povo escolhe determinados políticos para que este o represente dentro das casas legislativas, transferindo a para este a autoridade para que ele possa fazer escolhas em nome dos indivíduos ou grupo que lhe transferiu essa autoridade.

Esta escolha é feita por meio das eleições, ocasião na qual os partidos políticos definem quais os integrantes do partido irão concorrer aos cargos políticos. No Brasil os partidos lançando listas abertas para os eleitores possam escolher qual o melhor político ou aquele que melhor represente as políticas que o cidadão acha necessária, o candidato que obtiver maior número de votos será eleito e se tornando-se representa o povo durante um mandato com tempo de duração predefinido de quatro anos. Após eleitos os políticos devem representa os interesses do povo dentro da casa legislativa que este foi eleito.

Este processo de escolha dos representantes do eleitor implica uma autoridade a certos membros da sociedade para que os mesmos possam agir em nome do grupo, implicando assim em um consentimento entre os membros do grupo, já que para “representar é preciso ter autoridade e esta é a condição previa para a existência da representação” como é apontado por KINZO, p.23. A representação política é impulsionada pela participação popular no governo, por intermédio de representantes eleitos, por intermédio sufrágio universal e Segundo Manin, Przeworski e Stokes (2005) existem dois tipos de representação sendo elas a representação por mandato e a representação por prestação de contas.

A representação por mandato acontece quando os cidadãos acreditam que todos os políticos possuem o mesmo desejo de reeleição, então os eleitores utilizam o voto para escolher as melhores políticas ou políticos e – por causa disso – os políticos que estão se candidatando ao cargo político deverá declarar para o povo quais as políticas que eles pretendem adotar, explicando quais consequências dessas políticas, sendo elas positivas ou negativas. Ainda com Manin, Przeworski e Stokes (2005), esta representação pode ser caracterizada em três formas, sendo elas:

- a. Quando os interesses dos políticos são iguais a do eleitor;
- b. Quando os políticos são motivados pelo desejo de serem reeleitos;
- c. Quando os políticos estão preocupados com a credibilidade de suas promessas futuras.

E estas possibilidades que são destacadas apontam que esta forma de representação ocorre quando os interesses dos políticos coincidem com a vontade ou necessidade dos eleitores, fora os aspectos destacadas é bem provável que neste tipo de representação os políticos sempre tem em mente a sua reeleição mesmo que para isso ele precise desviar das propostas feitas por ele durante a sua campanha, fazendo políticas que tenham como única finalidade que é sua reeleição.

A segunda forma de representação tem como ideia principal, o controle dos políticos através da sua prestação de contas, esta representação é conhecida por prestação de contas e nesse caso os eleitores podem compreender quando os governantes estão agindo em prol dos interesses da população ou em seu benefício pessoal.

Nesta forma de representação os políticos que agirem em benefício dos eleitores venceram a eleição conseguindo assim a sua reeleição e os políticos que agirem em benefício próprio poderão perderam a eleição dando assim lugar a um novo político que possa agir em prol dos interesses do povo. Esta representação acontece quando os eleitores utilizam o seu voto para reter os representantes que deixaram de agir em favor do povo e passa a agir em favor dos seus interesses pessoais, ou quando o representante escolhe apenas políticas necessárias para ser reeleito.

No nível local os vereadores são os políticos que estão mais próximos da população já que estes convivem com a população, porque geralmente representam um bairro, moram em uma das ruas do Município, ou num sítio, ou na periferia, tendo assim o conhecimento das necessidades da população. Estes políticos disputam o voto da população para os representar dentro da Câmara municipal levando as necessidades do povo para serem debatidos a fim de buscar respostas para os problemas que são enfrentados pelos municípios.

Porem esta relação entre os políticos e população se dá basicamente durante o período de eleição ou quando algo os incomoda, e após o período eleitoral os eleitores tendem a se afastar da política e passam a cuidar da sua vida pessoal, como é descrito por CARNOY, 1988, p. 50, “os cidadãos são normalmente mal informados ou desinteressados pelos problemas políticos, exceto em relação àquele os afetam diretamente, economicamente”, e estes eleitores que qual não se interessam por política ou não entendem de política, podem ser facilmente influenciados e estes tendem a ser individualistas.

Devido a este distanciamento entre população e política se faz necessário o acompanhamento dos trabalhos do Poder Legislativo, para assim identificar se este realiza as suas atividades de acordo com as reais necessidades da população mesmo sem o devido acompanhamento do povo, ou se existe o aproveitamento dos políticos em relação a falta de acompanhamento da popular das atividades dos parlamentares. A investigação dos trabalhos realizados pelo poder legislativo possibilitar que qualquer cidadão esteja a par do que é debatido pelos parlamentares, identificando se os políticos por eles foi eleitos para os representar estão os representando os seus interesses ou se estes estão apenas buscando benefícios para si, a investigação do legislativo pode ser utilizado também pelos gestores para desempenhar bem as suas atividades, já que o que é debatido pelos parlamentares podem virar novas leis, normas ou regimento interno.

5 Metodologia

A metodologia empregada neste trabalho é a qualitativa, em caráter descritivo. Isso permite que o pesquisador obtenha dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos. Como afirma (Godoy, 1995). E esta se torna fundamental para a investigação dos temas que são propostos pelos vereadores e Poder Executivo do município.

A pesquisa documental se torna a mais adequada para a realização desta pesquisa, uma vez que os documentos são fontes importantes de dados como coloca GODOY-1995 “a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativo”, sendo assim essencial para a realização deste trabalho.

Inicialmente foi feita a construção da base teórica a partir da leitura e discussão de textos sobre legislativo, Câmaras municipais, vereadores e município. Após essa etapa foi realizado uma pesquisa de caráter exploratório no site da Câmara municipal do determinado município, para identificar quais eram os documentos que se encontrariam disponíveis para o acesso do público.

O site da Câmara municipal deste município foi a fonte para a coleta dos documentos para a realização desta pesquisa. Os documentos coletados são os temas das sessões do ano de 2018, e estes são de utilidade pública, e são disponibilizados pela própria Câmara municipal.

Após a identificação destes documentos, foi feito o levantamento dos trabalhos legislativos no ano de 2018, identificando as propostas realizadas pelos vereadores durante as sessões da Câmara. Posteriormente foi realizada a coleta de dados, para que assim fosse possível elaborar a sistematização desses documentos, separando os trabalhos legislativos por categorias, determinado quais partidos são os responsáveis pelas propostas, ou identificando em caso de autoria do Executivo.

A sistematização dos dados coletados permitiu que fosse construídas 25 categorias, e estas foram construídas de acordo com o tema dos trabalhos legislativos. Sendo assim possível reunir blocos com propostas, de acordo com seus conteúdos. A partir da construção das categorias que expressam um campo de ações. As categorias construídas são as seguintes:

Audiência pública: categoria destinadas a este instrumento de participação local e de transparência, através da qual a autoridade competente abre espaço para que todas as pessoas que possam sofrer os reflexos dessa decisão tenham oportunidade de se manifestar antes do desfecho do processo;

Declaração de utilidade pública: grupo destinado aos atos administrativos que declara que um determinado objeto será necessário para a prestação de um serviço público;

Serviços urbanos: Grupo de propostas destinadas aos serviços indispensáveis para a qualidade de vida dos cidadãos e para o funcionamento do município, como energia, água, e logradouros públicos;

Direitos humanos: Foram aqui organizadas todas as propostas, que são relacionados a garantia de vida digna independente de idade, sexo e etnia, garantindo a todos o mesmo direito sem distinção;

Educação: Propostas voltados que são destinadas a melhoria da qualidade de ensino do município, ou sugestão para alteração do regimento municipal;

Inclusão social: Estas são as propostas destinadas a combater a exclusão de benefícios como vida em sociedade, uma vez que está se dá pela diferença de classe social, gênero, educação, raça;

Transporte e trânsito: Propostas voltadas para a melhoria do trânsito urbano do município, junto com o transporte público;

Efemérides: Categoria destinada as datas comemorativas e datas importantes do município

Homenagens: Condecorações a personalidades do município, expressando relevância e distinção;

Capacitação legislativa: Cursos de treinamento e aperfeiçoamento feito pelo poder legislativo;

Finanças e orçamento: Grupo destinado ao planejamento orçamentário e a gestão de recursos financeiros;

Patrimônio cultural imaterial do município: Categoria destinada as propostas que visam reconhecer as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidos de geração em geração e constantemente recriados pelas pessoas no município;

Regimento Interno: Grupo com as propostas que tem como finalidade alterar o regimento interno do município;

Regulação: Grupo que reúne as propostas designadas a controlar ou determinar o funcionamento de estabelecimentos e venda de produtos químicos até a forma como se utiliza o solo;

Saúde: Categoria com as propostas voltadas para a área da saúde pública e prevenção de doenças;

Transparência: Propostas com o intuito de estabelecer normas para nomeação de cargos e a disponibilização de dados do governo municipal;

Transporte e mobilidade: Classe com propostas que tenham como objetivo a melhoria do transporte e para aprimoramento da mobilidade municipal;

Frente parlamentar: É uma associação suprapartidária de integrantes do Poder Legislativo, destinada a aprimorar a legislação referente a um tema específico.

Religião: Categoria com as propostas com os interesses dos grupos religiosos.

Logradouro: Neste grupo estão as propostas que são voltadas pra a renomeação ou alteração dos nomes de ruas, praças e avenidas do município.

Outros: neste grupo foi reunido quatro categorias que foram pouco debatidas pelo município, **Fiscalização:** grupo com as propostas voltadas para o acompanhamento tanto da população quanto do poder legislativo, **Meio ambiente:** Propostas que tenham como finalidade de melhorar ou preservar a natureza do município, **Pessoal:** Categorias com as propostas que possuam a finalidade de incentivar e regular como os munícipes e funcionários públicos portam nas repartições, **Desenvolvimento:** Propostas com a intenção gerar empregos no município, **Esporte:** Propostas que tenham como objetivo o desenvolvimento de esportes, **Justiça:** Categoria com a única proposta voltada para a justiça eleitoral. Devido à pouca quantidade de propostas estas categorias foram colocadas juntas.

A partir da análise destas categorias foi possível construir um panorama do que foi produzido, identificando qual a natureza das suas propostas, além de possibilitar o levantamento dos partidos mais atuantes do município.

5.1 O município

A Câmara municipal em questão pertence a um município baiano, está localizado no centro norte baiano. Este município em 2018 possuía população estimada de 610 mil pessoas segundo o IBGE. E está é a cidade-sede de uma região metropolitana que se encontra-se localizada no centro-norte baiano, a 108 quilômetros da capital estadual, com a qual se liga através da BR-324.

Os principais setores da economia desse município são comércio e serviços, que respondem por 63% da produção local. Esse município corresponde à 3ª maior economia do estado baiano e à 70ª do Brasil. Em 2017, segundo o IBGE, o PIB municipal foi de R \$13,3 bilhões. O comércio local é um dos principais aspectos deste município, sendo bastante vigoroso e possui uma vasta diversidade de produtos, junto com seus vários atacados este município acaba sendo um importante centro comercial do interior da Bahia, atraindo pessoas de toda a região.

O município dispõe de ampla rede de ensino superior. Nele está instalada uma grande universidade estadual e um campi de uma universidade federal. Além das

públicas, há grande oferta de universidades e centros universitários da rede privada. Toda essa rede de ensino superior atende os municípios e, inclusive, ampla população de municípios próximas e, até distantes. Vale destacar cursos tradicionais na universidade estadual, com muito boa avaliação pelo MEC e CAPES na área de biologia, educação, odontologia, medicina, direito e engenharia de produção.

Este município também é polo de atração na área de Assistência médico sanitária, principalmente na rede pública, atraindo população de toda região em busca de atendimento, onde são oferecidos 429 estabelecimentos de saúde, onde são oferecidos 429 estabelecimentos de saúde com 1.243 leitos disponíveis, e 6.280 profissionais de saúde de acordo com a CDL. O município conta com dois hospitais estaduais, um deles específico para atendimento infantil. Esses dois hospitais públicos são referência na região, atendendo ampla população do estado da Bahia.

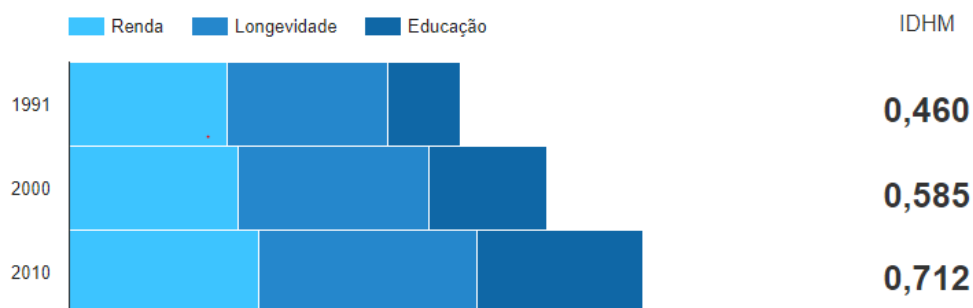
No município está instalado um presídio regional, com cerca de 580 detentos. Não é incomum a notícia sobre conflitos entre presos, uma vez que a sua capacidade máxima de lotação é para 300 detentos. Este município já foi apontada como uma das cidades mais violentas do mundo segundo a Organização Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal do México. No ano de 2017 este município ocupava a posição de número 19 no ranking mas em 2018 saltou para 14 colocação devido aos altos índices de violência registrados pelo município.

O município conta com um centro industrial, que é o terceiro maior parque industrial da Bahia, atrás somente de outros dois, ambos localizados na Região Metropolitana da capital baiana.

Por fim, vale destacar que o município é um entroncamento rodoviário, onde se entrecruzam três rodovias federais, as quais dão acesso a outras rodovias federais, além de rodovias estaduais. Isso faz do município local de passagem obrigatória no escoamento de produtos que circulam entre as Regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste. Com todas essas características este município se destaca na região, apresentando-se como a principal cidade do interior baiano. E esta cidade possui um alto índice de desenvolvimento humano, este índice mede o nível de desenvolvimento humano municipal utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per

capita).

Tabela 02: IDHM do município



Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2013

A longevidade dos cidadãos residentes no município aparece com números considerados muito altos sendo de 0,820 numa escala que vai até 1,000, em média um cidadão que seja residente neste município tem a expectativa de vida de aproximadamente 74,20 anos ao nascer, sendo um pouco melhor que a média estadual que é de 72 anos.

A educação por sua vez merece um lugar de destaque, pois nos últimos vinte anos o índice educacional municipal mais que dobrou saindo de 0,273 como foi medido em 1991 para 0,619 em 2010, porém este avanço parece ter sido decorrente das ações do estado da Bahia na melhoria do seu índice educacional, saltando de 0,188 em 1990, para 0,555 em 2010. Apesar do desenvolvimento da educação municipal o IDEB 2017 aponta que este município em comparação com cidades do mesmo estado, possuem uma nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 286 de 417, e quando se considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 281 de 417, resultados muito abaixo do esperado para uma cidade com uma grande relevância como esta.

A renda per capita média deste município cresceu aproximadamente 108,90% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 317,02, em 1991, para R\$ 412,85, em 2000, e saltando novamente para o valor de R\$ 662,24, em 2010, este indicador ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico do município. Em média um trabalhador assalariado deste município ganha 2 salários mínimos, mas isso não se reflete na renda per capita porque apenas 21% da população local é ocupada, e 38%

da população deste município tem uma renda mensal de até ½ salário mínimo como é apontado pelo IBGE 2010. O trabalho formal predomina no município, destacando que o seu rendimento, não raramente, é inferior a um salário mínimo.

E mesmo com estas desigualdades este município é o principal centro urbano, político, educacional, econômico, e comercial do interior da Bahia e do Nordeste, exercendo influência sobre outros na região.

5.2 A Câmara municipal

A atual Câmara deste município é composta por vinte e um edis, e destes dezessete vereadores são homens e apenas quatro são mulheres, este baixo número de vereadoras eleitas aponta pra um perfil de baixa participação das mulheres na política não só municipal, mas também sendo uma característica estadual. As eleições de 2016 tiveram 4.498 candidatos eleitos em todo o estado da Bahia e deste número apenas 608 são mulheres, representando 12% dos vereadores eleitos no estado.

Ainda na última eleição menos da metade dos vereadores deste município tiveram êxito na sua reeleição, apenas dez dos vereadores se reelegeram e outros onze se elegeram, apontando assim para um processo de renovação parlamentar moderado, porém destes 11 “novos” 7 são vereadores novos e os outros 4 que já são velhos nomes da política local.

O processo de renovação política desta Câmara pode até ser considerado moderado apesar de trazer velhos nomes, mas essa renovação pode anunciar nada de novo apenas mais do mesmo, só novos vereadores com velhas ideias.

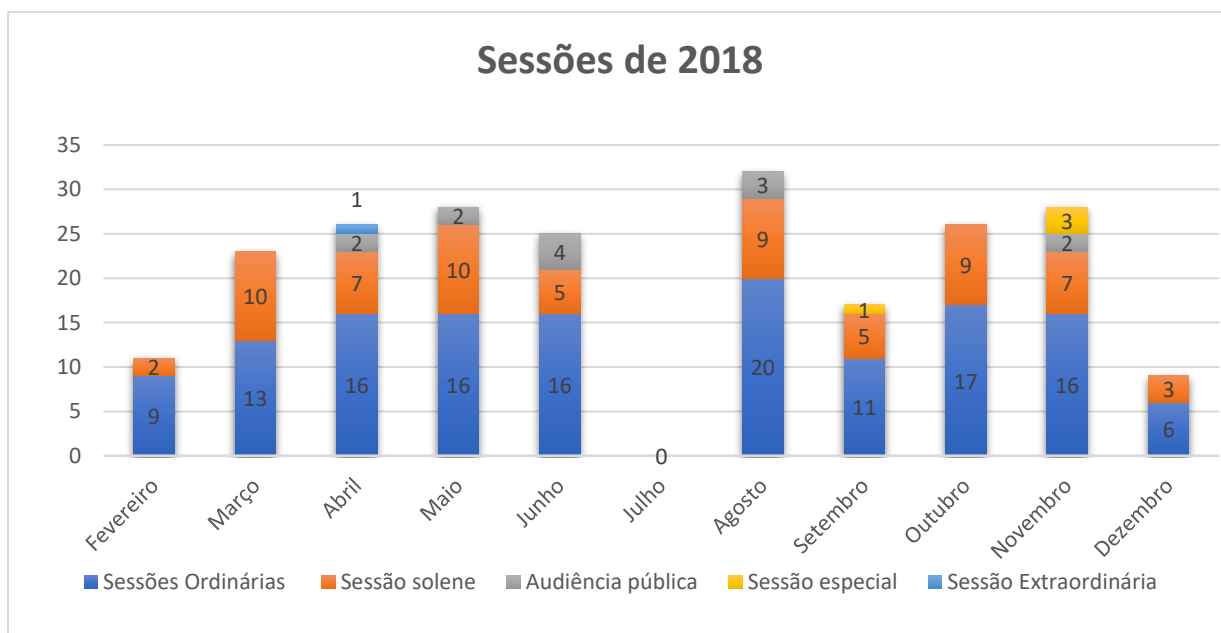
Outro ponto de destaque na renovação parlamentar é que mesmo que alguns dos vereadores sejam de origem social simples, ou vereadores que disputaram a primeira eleição e ainda sim conseguiram êxito, em um município com muitas famílias tradicionais e outras com elevada renda, por estar associada à produção rural, além do comércio intenso, indica que o processo de renovação parlamentar deste município é aberto e democrático.

6 Apresentação de dados obtidos

A Pesquisa documental possibilitou coleta dos dados sobre os temas das sessões legislativas. Com os dados foi possível montar um panorama do Poder Legislativo municipal, levantando quais são as suas principais propostas, os partidos mais atuantes e qual o perfil de representação desta Câmara.

A sessão legislativa desse município iniciou em fevereiro e foi concluída em dezembro de 2018. Esta sessão foi dividida em dois períodos, com início em 02 de fevereiro e recesso a partir de 17.07, com retorno em 01.08, sendo encerrada em 22.12. Durante esse período a esta Câmara municipal realizou 225 sessões, sendo divididas em 140 Sessões ordinárias, 67 Sessões solenes, 13 Audiências públicas, 4 Sessões especiais e apenas uma sessão extraordinária.

Tabela 03: Sessões mês a mês



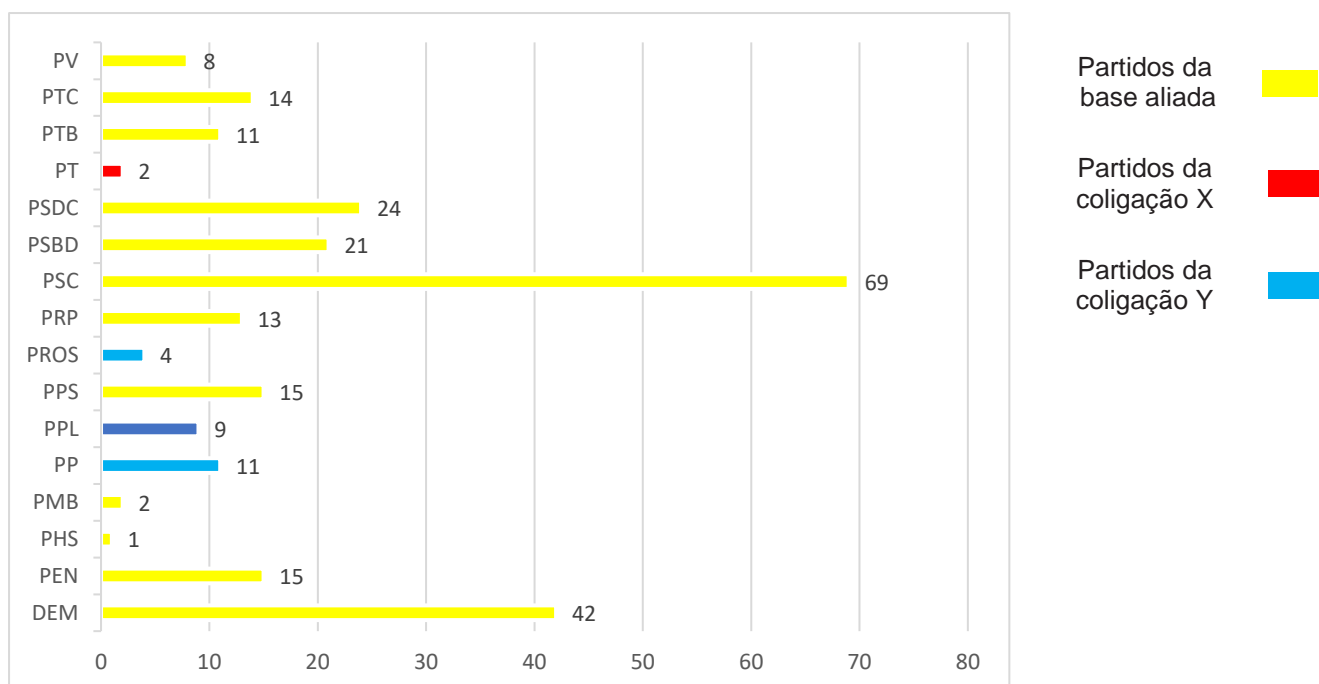
Fonte: Elaboração própria

Durante este ano os vereadores deste município junto com o poder executivo apresentaram 345 proposições para serem debatidas pela Câmara. As propostas realizadas neste ano foram sistematizadas, e categorizadas, possibilitando assim que a construção uma grade com todas as categorias apresentadas por eles além de expor a quantidade de vezes em que cada categoria apareceu para ser debatida, e quais os partidos que são mais atuantes no município e qual o perfil de cada um destes.

6.1 Principais partidos deste município

A partir do que foi coletado sobre as sessões foi possível constatar que este município possui 16 partidos atuando dentro da sua casa legislativa. Os partidos com maior atuação dentro do município são os que fazem parte da base aliada do governo e estes possuem uma grande influência na Câmara municipal já que são a maioria e possuem o poder de aprovar ou não as propostas que são debatidas pela plenária.

Tabela 04: Quantidade de propostas de cada partido.



Fonte: elaboração própria.

Com base no gráfico partidário é possível notar que os partidos da base do governo possuem uma grande influência dentro desta câmara municipal, pois é deles que vem grande parte dos temas que serão debatidos pela Câmara. Os partidos que são de oposição ao governo são os menos participativos, elaborando poucos projetos e no geral apenas ajudam no debate dos temas propostos.

Os partidos que propuseram mais propostas para o município são os PSC – Partido social cristão; DEM – Democratas; PSDC – Partido social democracia cristã; PSDB – Partido da social democracia brasileira. Estes partidos tem uma visão mais tradicional e conservadora, possuindo também uma forte ligação com entes religiosos

locais.

Como a maioria dos partidos atuantes no município ter uma visão conservadora e religiosa esta Câmara trouxe propostas como por exemplo a organização do projeto de escola sem partido no âmbito municipal, Dia da Escola Bíblica Dominical, e a colocação de monumento ao Deus Israel no Plenário da Câmara, propostas bem distantes dos reais problemas presente no município, como apontado na apresentação do município, sendo possível contatar que este possuem problemas em áreas básicas como educação e segurança.

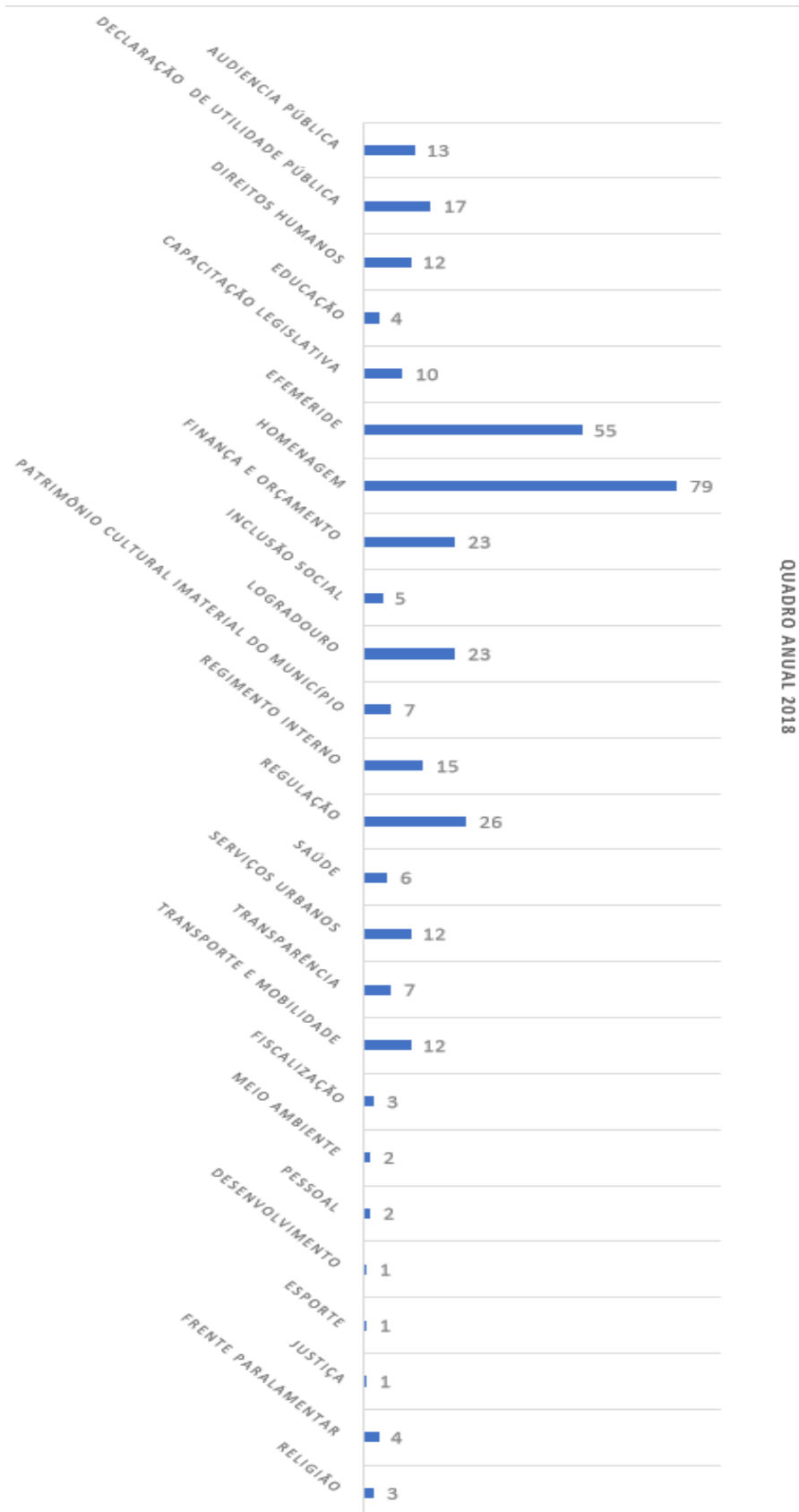
6.2 Principais Propostas Debatidas na Câmara

Quando analisado todas as propostas feitas pelo poder legislativo municipal é possível montar uma grade com 25 categorias, e destas as categorias principais se distanciam bastante das demais categorias como é apresentado no gráfico a seguir.

O quadro anual deste município aponta que existência de uma grande diversidade de categorias, mas mesmo que haja uma grande quantidade de categorias estas parecem ter cunho secundário as intenções desta casa legislativa, uma vez que existe uma grande disparidade entre as principais categorias propostas e debatidas na Câmara.

As categorias debatidas na Câmara deste município que aparecem em destaque são as homenagens, efemérides, logradouro, finanças e orçamento, e regulação, estas cinco categorias representam mais de 59 % das propostas debatidas por nesta casa legislativa no ano de 2018. As duas categorias com maior quantidade de propostas que foram debatidas pelo plenário foram as Homenagens e Efemérides, estas duas são destinados a condecorações de personalidades do município, comemoração e inclusão de datas importantes para o município.

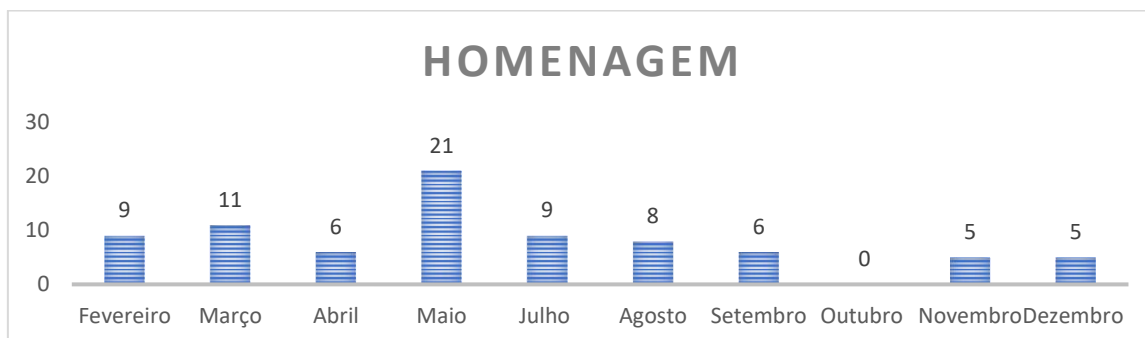
Tabela 05 : Quantidade das propostas de cada categoria



Fonte: Elaboração própria.

O grupo com as homenagens foi o que mais apareceu para ser debatido pela plenária deste município, aparecendo 79 vezes nas sessões da câmara tanto quanto propostas como outorga de homenagens e comendas, está dividida mensalmente.

Tabela 06 :Homenagens

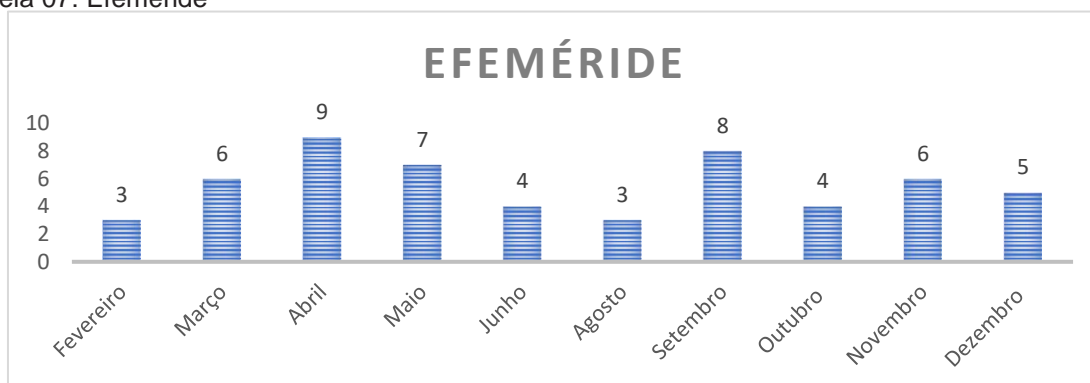


Fonte elaboração própria

Percebe-se que no primeiro semestre deste ano esta categoria foi debatido mais vezes do que no segundo, as personalidades homenageadas pela Câmara deste município são na sua maioria policiais militares, pastores, vereadores e professores deste município, grupo este que ainda conta com médicos, deputados, ex-vereadores, dado ao perfil das pessoas que são homenageadas por, é possível afirmar que a sua maioria é composta por pessoas que são da elite deste município ou pessoas que possuam alguma relevância.

As efemérides foram a segunda categoria que foi mais apareceu para ser debatida pela plenária deste município, estas são as propostas de datas comemorativas, e comemorações que são realizadas no município e nos seus distritos.

Tabela 07: Efeméride

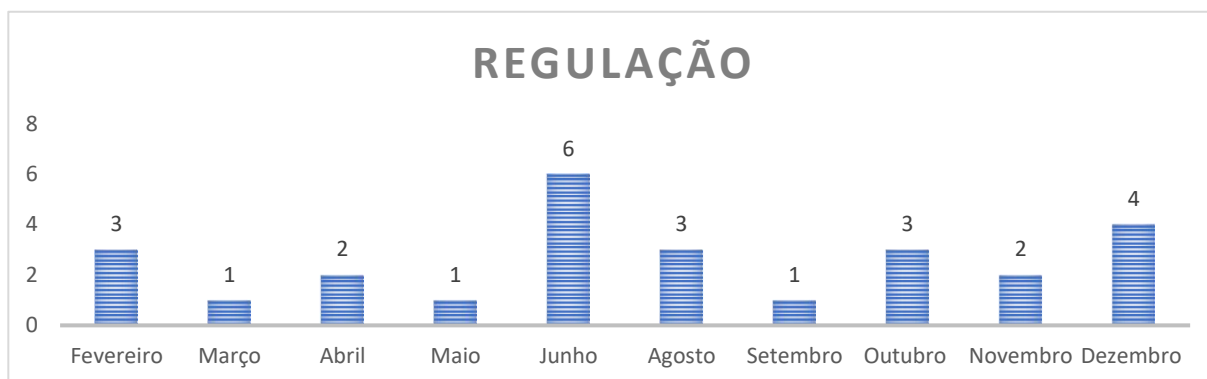


Fonte: Elaboração própria

Das 55 vezes que este tema foi debatido pela Câmara, mais da metade foi em relação a inclusão de novas datas comemorativas no calendário municipal, dentre as

propostas de novas efemérides é possível perceber que os distritos desse município demandam a inclusão dos eventos que por eles são realizados, trazendo assim uma maior visibilidade para os distritos deste município.

Tabela 08: Relação



Fonte: Elaboração própria.

A regulação foi a categoria mais debatida durante este período, aparecendo na plenária em 26 vezes, a maior parte das propostas são normas reguladoras para estabelecimentos e outras de normatização e a garantia da segurança para os municípios na oferta de determinados serviços.

Tabela 09: Finanças e orçamento

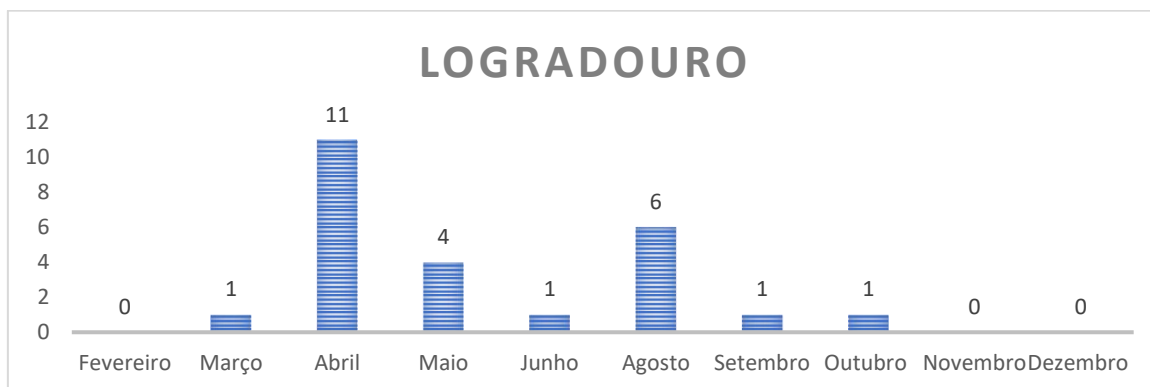


Fonte: elaboração própria.

A quarta categoria que foi mais debatida durante o ano de 2018 foi a finanças e orçamento, e neste grupo estão presentes propostas para aquisição de crédito, criação de fundos municipais, reajuste dos vencimentos dos funcionários municipais. Estas propostas foram de suma importância para o município, já que este município em 2015 deu início às obras do BRT – Bus Rapid Transport que estava prevista para ser entregue em 2017. Porém esta obra ainda não está pronta, e o seu valor inicial

mais que dobrou, além de que a prefeitura enfrentou vários problemas com o MPF, MP-BA e a Defensoria pública da Bahia, e também com o projeto inicial apresentou falhas que geraram maior atraso e um gasto maior na execução das obras, comprometendo assim o orçamento da prefeitura e se fazendo necessário a abertura de credito adicional para manter o equilíbrio das suas contas.

Tabela 10: Logradouro



Fonte: Elaboração própria

O logradouro foi a quinta categoria com maior número propostas, este grupo possui propostas de renomeação e denominação de ruas e avenidas, grande parte das propostas foram apresentadas pelo poder executivo municipal, já este município nos últimos anos vem crescendo bastante e com o seu crescimento populacional houve uma aumento de condomínios, porem muitos destes estão localizados nas regiões distantes do centro da cidade que até pouco tempo eram esquecidos.

Diante das informações expostas, observa-se que a Câmara em questão apresentou em 2018, uma grande quantidade de propostas com várias finalidades, o que possibilitou a construção de um extenso quadro com todas categorias que foram apresentadas por eles. Entretanto as propostas que foram debatidas com maior frequência pela Câmara passam longe de amparar problemas como educação e segurança, estes podem ser considerados os grandes problemas do município.

A baixa quantidade de propostas voltadas para os problemas do município pode ser associada com a baixa participação da sociedade na política local, e este afastamento da população com política abre espaço para propostas que tenha única finalidade política sejam debatidas com maior frequência, deixando de lado o debate de proposições que poderiam ajudar a sanar os problemas do município, e estas

poderiam ajudar a este município baiano a melhorar os serviços que são ofertados no município, possibilitando assim melhores condições de vida para a população deste município que é um dos mais importantes da Bahia.

Os trabalhos legislativos desta Câmara apontam características que se distanciam do conceito de representação, no qual os representantes deveriam buscar apresentar propostas que fosse do interesse da população, debatendo temas que tenham como finalidade o desenvolvimento municipal, mas estes apresentam temas que visam sua reeleição ou apoio político. Grande parte destas propostas apresentam características de cunho político e/ou individualista, já que as duas principais categorias debatidas pela câmara são referentes a homenagens e a instituição de datas comemorativas, estas propostas tem como única finalidade condecorar personalidades da sociedade local como Médicos, Oficiais da PMBA, Deputados, Vereadores e ex-vereadores, dando visibilidade para os homenageados e aos políticos que a propõem.

7 Considerações finais

O desenvolvimento de pesquisa possibilitou o acompanhamento dos trabalhos legislativos da Câmara de um município de grande porte durante o ano de 2018, explorando as propostas debatidas, o que possibilitou a construção do panorama municipal dos trabalhos legislativos, identificando assim os principais temas debatidos durante as sessões.

Proporcionando assim a construção de 25 categorias, para as 345 propostas que foram debatidos durante este ano. Ressaltando o predomínio de 5 categorias das 25 categorias apresentadas, estas categorias são responsáveis por mais da metade das propostas realizadas por esta Câmara. Os principais temas debatidos por esta Câmara se distanciam dos reais problemas de município como educação, saúde e segurança estes temas foram debatidos em poucas ocasiões, e as propostas apresentadas não tinham como objetivo a melhoria destes problemas.

As duas categorias com maior quantidade de propostas, são voltadas para a criação de datas comemorativas para o município e para a homenagens de personalidades do município, porem as homenagens realizadas no município são destinadas a pessoas que fazem parte da elite do município e estas pessoas em sua maioria são oficiais da polícia militar, além de terem pessoas que são ligadas a política municipal como por exemplo diretores de secretaria, gerente de regional da embasa, médicos e pessoas ligadas a religião.

Temas como saúde, educação e segurança foram pouco debatidos por esta Câmara no ano de 2018, mesmo com o município apresentando um baixo nível de desenvolvimento educacional, estando abaixo de município bem menores e com um PIB inferior a este município, apesar do município apresentar um alto índice de violência o coloca como um dos mais violentos do país, não foram apresentadas propostas voltadas para a segurança.

Os partidos mais atuantes nesse município são aqueles que estão ligados ao governo municipal, e estes partidos são a maioria na Câmara possuindo assim uma grande influência na aprovação ou não das propostas debatidas.

Em suma a realização desta pesquisa possibilita a leitura dos trabalhos legislativos de forma sistematizada e clara, o qual pode ser mais ser acompanhado de forma mais simples para a população local que não tenha conhecimento quanto aos trabalhos do Legislativo de forma simples e direta. Além disso este trabalho possibilita que peças importantes para o município como por exemplo os gestores públicos, façam o acompanhamento das futuras leis e normas que possam a entrar em vigor nesta município, para que possam desempenhar as suas atividades da melhor forma possível, e para isso é preciso que estes estejam a par das atividades do poder legislativo, e das suas propostas.

Referências

BACKER, Mariângela Maria Bastian; SOUZA, Diana de. A percepção dos cidadãos e dos vereadores acerca das atividades legislativas. *Revista de Administração*, v. 11, n. 19, p. 1-18, ago. 2013

BRASIL. Resolução de Nº 21.702 do TSE, de 02 de abril de 2004, publicado no DJ de 06/04/2004 e republicado no DJ de 12/04/2004

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988. [pp. 19-62]

CONSELHO CIDADÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL (CCSPJP). México. **Las 50 ciudades más violentas del mundo 2018**. Disponível em: < <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/ranking-de-ciudades-2017>>

CONSELHO CIDADÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL (CCSPJP). México. **Las 50 ciudades más violentas del mundo 2017**. Disponível em: < <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/seguridad/1567-estudio-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2018>>

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 30-6, jan./fev. 1995

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr.

IBAM. Caderno de estudo: **O Vereador e a Câmara Municipal** – Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama municipal. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>>

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em :
<<https://www.qedu.org.br/cidade/5149-feira-de-santana/ideb/ideb-por-escolas>>

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. 96 p. – (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/feira-de-santana_ba>

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil**, São Paulo – SP: Edições símbolo

LIMA, Roberto. **FEIRA DE SANTANA COMO CAPITAL REGIONAL. CDL Feira de Santana, 2018**. Disponível em:
<http://www.cdlds.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=222> Acesso em 26/06/2019

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam and STOKES, Susan C.. Eleições e representação. *Lua Nova* [online]. 2006, n.67, pp.105-138. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000200005>.

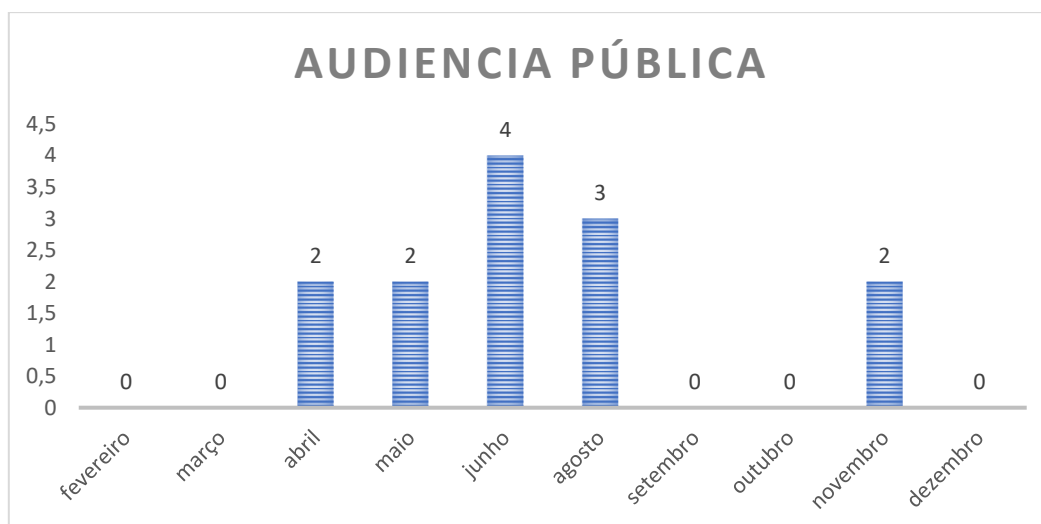
MARQUES, Márcio Sampaio Leão. **Manual do Vereador**, 2005. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_interlegis_vereador.pdf

RESENDE, Antônio José Calhau de. **As funções do Poder Legislativo** / [redação original:– Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2015

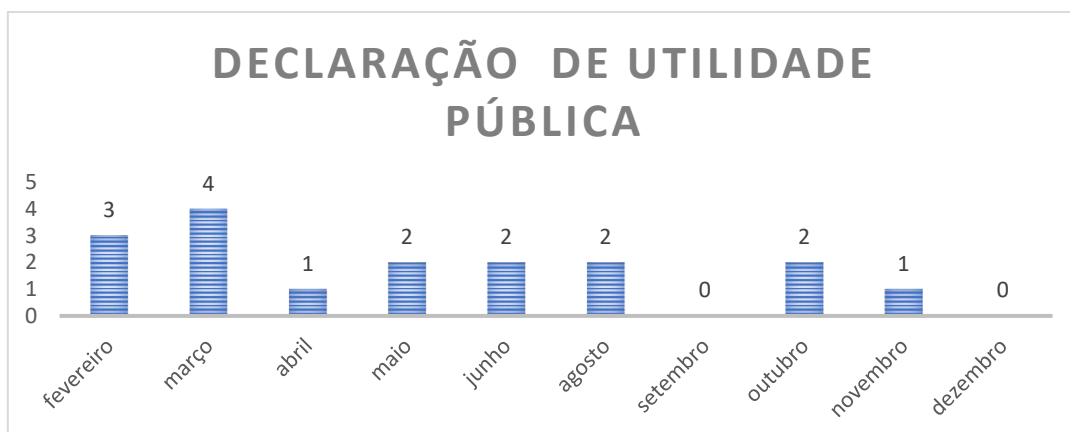
RESENDE, Antônio José Calhau de; José JÚNIOR. Alcione Bernardes Júnior **Estudos sobre Poder Legislativo municipal**. – Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2017. 377 p

TRE – BA; **Bahia elege 552 vereadoras e 56 prefeitas; Bahia**; Outubro de 2016; Disponível em: < <http://www.tre-ba.jus.br/imprensa/noticias-ter-ba/2016/Outubro/bahia-elege-552-vereadoras-e-56-prefeitas> >

Apêndice – Quantidade das propostas por mês junto com as propostas

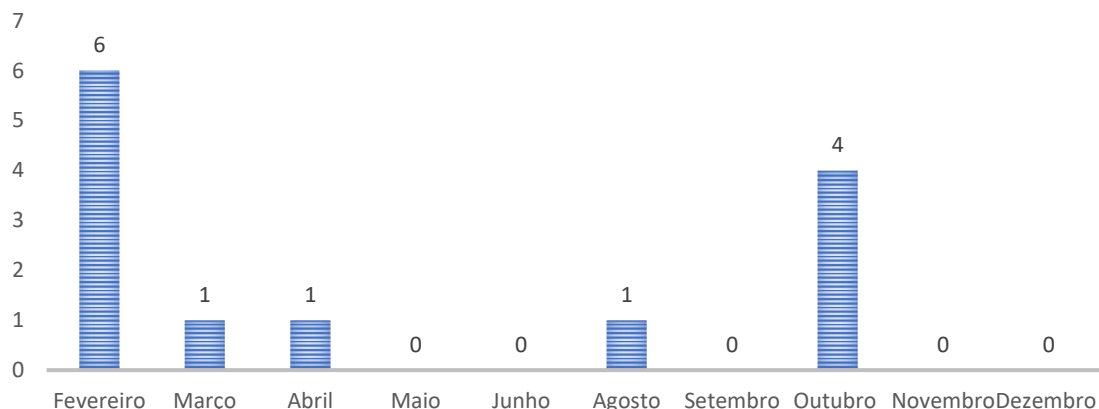


06/04/2018	Discutir sobre a homologação autorizativa e seus efeitos normativos a corrigir os limites municipais entre Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos.
13/04/2018	Discutir com a sociedade Civil, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura, sobre as disposições do desporto ofertado pelo Município
03/05/2018	Para discutir com a sociedade Civil e órgãos competentes o tema da Campanha da Fraternidade 2018: Fraternidade e Superação da Violência
24/05/2018	Debater sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial
07/06/2018	Tratar sobre os problemas, carências e necessidades do Centro de Abastecimento de Feira de Santana
14/06/2018	Objetivo de discutir o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.
15/06/2018	O objetivo de discutir o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil
21/06/2018	Discutir o Código Municipal de Meio Ambiente
16/08/2018	Tratar sobre o PDDU
17/08/2018	Debater inúmeros temas referentes ao Transporte Coletivo no Município de Feira de Santana
24/08/2018	Tratar sobre o Código de Obras, LOUS
08/11/2018	Para discutira retirada de algumas linhas de ônibus em localidade da Zona Rural, que passará a ser operada por Permissionários de Vans
09/11/2018	Para discutir as obras de duplicação da BR 116 Norte no município de Feira de Santana

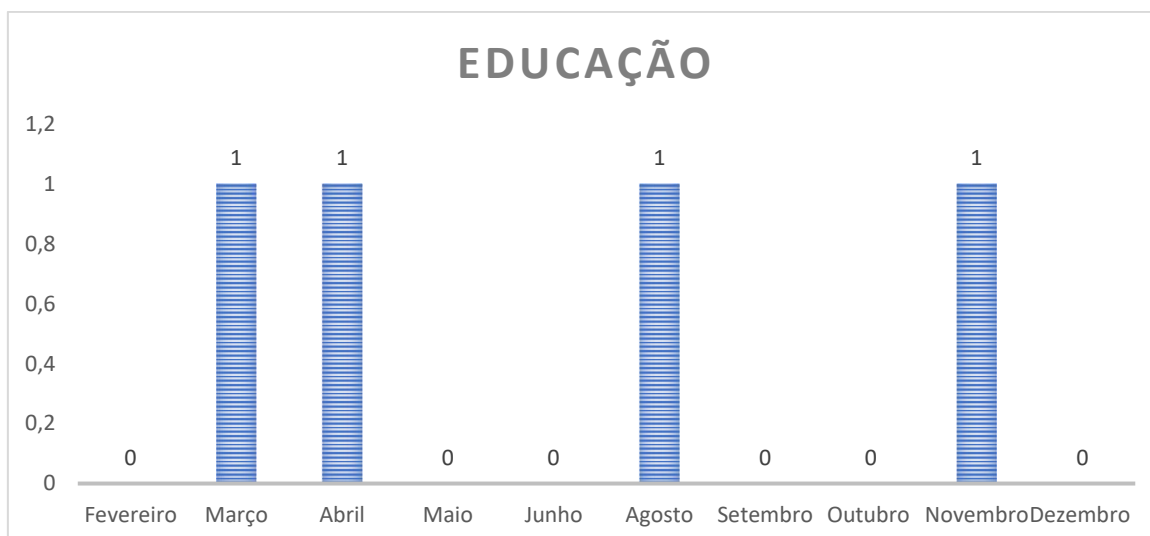


26/02/2018	Declara de utilidade pública a Associação Som Salvador de Assistência Social	DEM
28/02/2018	Declara de utilidade pública a Associação Missão Avante Bahia	PSC
28/02/2018	Declara de utilidade pública a Associação dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Distrito de Humildes	PPS
05/03/2018	Declara de utilidade pública o Instituto Barriga Cheia	PPS
21/03/2018	Declara de utilidade pública a Associação SOS com Cristo	PP
21/03/2018	Declara de utilidade pública a Associação Levanta-te e Anda, no bairro Novo Horizonte	PSDC
26/03/2018	Declara de utilidade pública o Instituto de Ação Pro Emprego e Sustentabilidade	PTB
16/04/2018	Declara de utilidade pública a Associação dos Motociclistas de Feira de Santana	PRP
02/05/2018	Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Comunitária Campo Limpo	PSC
16/05/2018	Declara de utilidade pública o Grupo de Capoeira Menino do Eucalipto	PP
01/06/2018	Considera de utilidade pública a Fundação Instituto de Hematologia de Feira de Santana — IHEF	PSDC
06/06/2018	Declara de utilidade pública a Associação Bloco Afro Flor de Ijexá	DEM
05/08/2018	Declara como utilidade pública o Grêmio Recreativo Esportivo Social e Cultural Torcida Uniformizada Falange Tricolor	PPL
13/08/2018	Declara de utilidade pública a Organização Capacitação, Inserção e desenvolvimento – CIDE, neste município	PSC
15/10/2018	Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Social e Comunitário do conjunto Feira VII	PSC
16/10/2018	Declara a poesia, a capoeira, o repente, os contos populares, a literatura de cordel, o forró, a chula, o aboio e a toada como patrimônio imaterial do município	PSC
13/11/2018	Declara de utilidade pública a Associação Beneficente do bairro Conceição	PPL

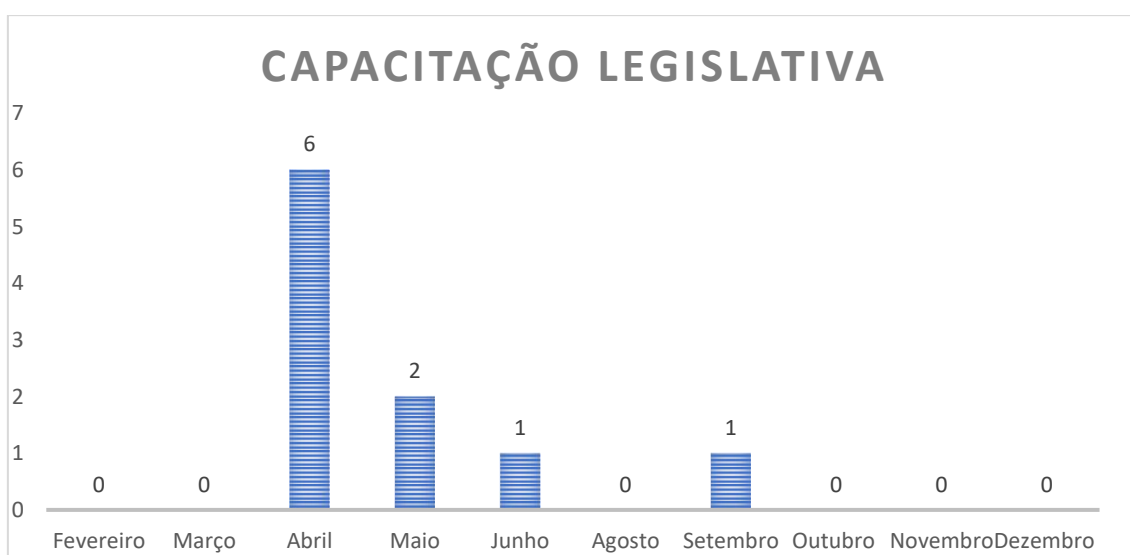
DIREITOS HUMANOS



05/02/2018	Dispõe sobre afixação de cartazes indicativos de localização de hospitais, posto de saúde e atendimento emergência próximos a farmácias e drogarias no município	PSC
05/02/2018	Dispões sobre o combate ao racismo no município	PTC
06/02/2018	Dispõe sobre o respeito dos serviços públicos municipais à dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica	PEN
19/02/2018	Dispõe sobre a política municipal de atenção ao idoso	PV
20/02/2018	Assegura ao aluno com deficiência locomotora permanente prioridade na matrícula em escola municipal mais próxima de sua residência	PSC
28/02/2018	Dispõe sobre a inclusão de raça e etnia nos dados cadastrais da administração pública	PTC
13/03/2018	Cria mecanismo de inibição da violência contra a mulher, por meio de multa ao agressor	PP
05/04/2018	Conscientização do Autismo	PSC
06/08/2018	Determina a implantação de terminais de autoatendimento especialmente adaptados ao acesso e uso por pessoas portadoras de deficiências ou características que especifica	DEM
09/10/2018	Dispõe sobre a proibição da prática de maus tratos e crueldade contra animais	PEN
10/10/2018	Assegura a instalação, nas praças e parques, de equipamentos para pessoas com necessidades especiais.	
16/10/2018	Dispõe sobre o direito a amamentação em público no município	PTC
23/10/2018	Institui a política de proteção dos direitos das pessoas com transtornos do espectro autista	PSC

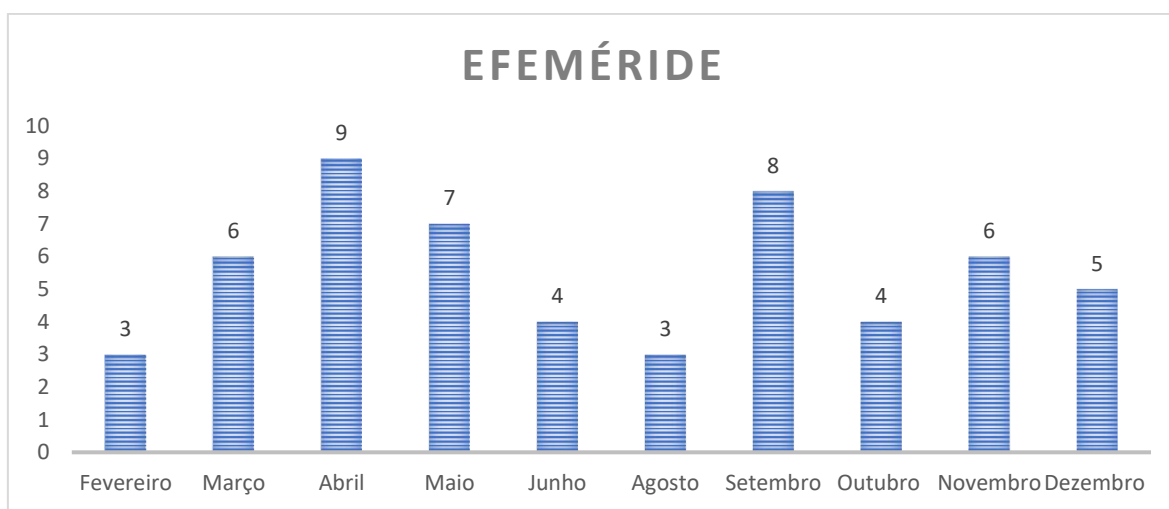


01/08/2018	Obriga os estabelecimentos de ensino a fixarem nas secretarias e nas listas de material escolar os conteúdos da Lei Federal 12.886/13, que obriga as instituições de ensino a embutir o custo do material de uso coletivo na mensalidade do estudante	PSC
18/04/2018	Institui no âmbito do sistema municipal de ensino o "Programa Escola Sem Partido"	PP
19/11/2018	Dispõe sobre a garantia de vagas para irmãos no mesmo estabelecimento de ensino municipal	PSDC
07/03/2018	Dispõe sobre a criação da Câmara Mirim no âmbito do município	PRP



03/04/2018	Concede licença a vereador para participar de Curso de Capacitação em Manaus-AM, de 04 a 08 do corrente mês
03/04/2018	Concede licença a vereador para participar de Curso de Capacitação em São Paulo-SP, de 18 a 22 do corrente mês
03/04/2018	Concede licença a vereador para participar de Curso de Capacitação em Recife-PE, de 11 a 15 do corrente mês
16/04/2018	Concede licença a vereadora para participar do Curso de Capacitação, nos dias 25 a 29 de abril, em Fortaleza - CE
16/04/2018	Concede licença a vereadores para participarem de Fórum de Administração Municipal, nos dias 25 a 29 de abril, em Aracajú-S

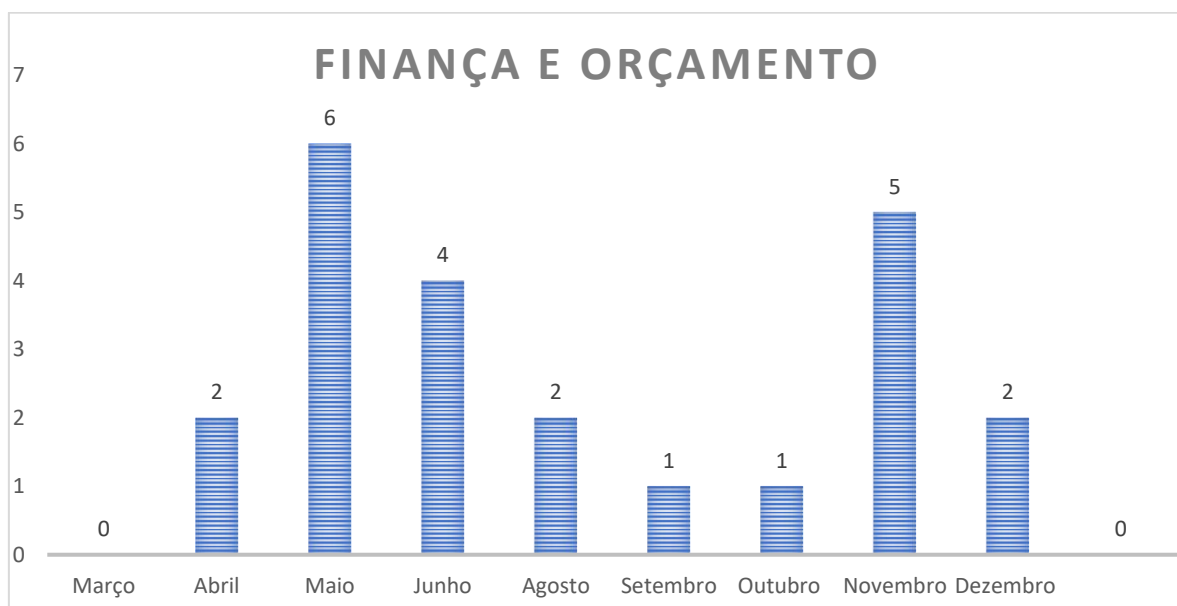
30/04/2018	Concede licença a Vereadora para participar de Curso de Capacitação, de 02 a 06 de maio, em Aracajú — SE
07/05/2018	Dispõe sobre a concessão de licença a vereadores para participarem de Curso de Capacitação nos dias 23 a 27 de maio, em Foz de Iguaçu-PR
22/05/2018	Dispõe sobre a concessão de licença a vereadores para participarem de Simpósio de Capacitação nos dias 06 a 10 de junho, em Aracajú — SE
05/06/2018	Concede licença a vereador para participar de Curso de Capacitação, nos dias 27 a 30 de junho e 1º de julho, em Porto Alegre, RS
26/09/2018	Dispõe sobre a concessão de licença a vereadora para participar de curso de capacitação em Foz de Iguaçu-PR



06/02/2018	Inclui no calendário oficial de eventos do município, o canto do hino municipal nas escadarias do paço municipal no dia 18 de setembro	DEM
26/02/2018	Institui no município o Dia da Consciência Negra — 20 de novembro	PTC
28/02/2018	Dia Municipal da Polícia Militar	PTC
07/03/2018	Inclui no calendário oficial de eventos do município a Festa dos Tabernáculos, a realizar-se nos meses de setembro e outubro	PSC
19/03/2018	Institui a Semana de orientação do despertar para o 1º emprego, nas escolas públicas municipais	PTB
19/03/2018	Inclui no calendário oficial de festas e eventos do município, a comemoração da data de criação do distrito de Humildes — 13 de julho	PPS
21/03/2018	Comemorar os 75 anos do Centro Espírita Jesus de Nazaré	PV
26/03/2018	Institui o Prêmio professor do ano no município	PTB
28/03/2018	Comemorar a passagem dos 125 anos da criação da Guarda Municipal	PSC
09/04/2018	Comemorar a passagem dos 50 Anos da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico	PSC
10/04/2018	Comenda Maria Quitéria à Senhora Isabella Maria de Jesus Casaes	DEM
16/04/2018	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Feira de Santana o Dia dos Desbravadores – 2º domingo de abril	PSDB
18/04/2018	Dispõe sobre a inclusão da Festa de São Pedro no distrito de Bonfim de Feira no calendário oficial	DEM
18/04/2018	Dispõe sobre a inclusão da Festa de São Pedro no distrito de Humildes no calendário oficial	DEM
18/04/2018	Dispõe sobre a inclusão da Festa de São João no distrito de Tiquaruçu no calendário oficial	DEM

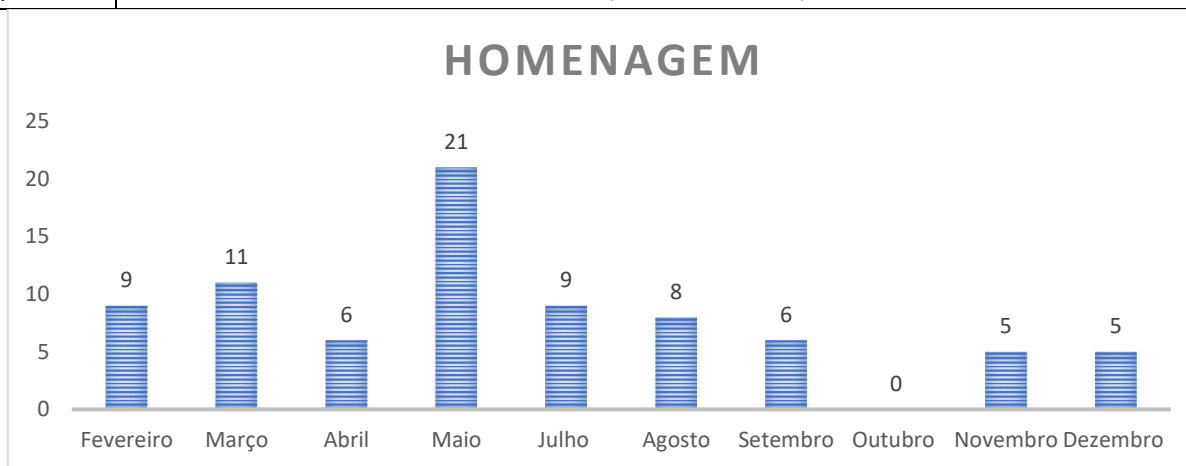
18/04/2018	Institui o Dia do Bombeiro Militar – 01 de junho	PPL
24/04/2018	Altera dispositivo da Lei 3.729/17, que dispõe sobre a inclusão da Festa do Vaqueiro e Missa Campal do povoado Caatinga e Bandeira, no calendário oficial do município	PSDC
24/04/2018	Dispõe sobre a inclusão da Festa de São Pedro no distrito de Jaíba no calendário oficial	DEM
02/05/2018	O Dia da Consciência Jovem	PSC
14/05/2018	Comemorar os Dias das Mães	DEM
15/05/2018	Comemorar o Dia de Assistente Social	PSC
22/05/2018	comemorar o Dia Internacional da Enfermagem e o Dia Nacional do Técnico e Auxiliar de Enfermagem	DEM
22/05/2018	Inclui no calendário oficial de festas do município o São João do povoado de São José no distrito de Maria Quitéria – 21 a 23 de junho	DEM
23/05/2018	Institui no município a valorização e atenção aos profissionais de limpeza pública urbana.	PPS
30/05/2018	Dispõe sobre a inclusão da Cavalgada do povoado da Jaqueira, no distrito de Tiquaruçu.	DEM
05/06/2018	Comemorar os 80 anos da Igreja Assembleia de Deus	PSC
20/06/2018	comemorar o Dia do Vigilante	DEM
25/06/2018	Institui no calendário oficial de eventos o Dia da Escola Bíblica Dominical – terceiro domingo do mês de setembro	PP
26/06/2018	Institui a Semana Municipal de Trânsito – última semana de março	PSDB
10/08/2018	comemorar 1 ano de Fundação da Universidade aberta de Meio Ambiente e Cidadania Sustentável – UNAMACS	PV
13/08/2018	Inclui no calendário oficial do município a Semana da Assistência Social, compreendendo o dia 15 de maio.	PSC
22/08/2018	Dispõe sobre o Dia Municipal do Profissional Manicure e Pedicure – 14 de junho	PSC
10/09/2018	Inclui no calendário oficial do município a Marcha Zumbi dos Palmares.	PRP
10/09/2018	Institui o setembro Colorido no município	PV
19/09/2018	Institui no município a Semana da Juventude – a partir do dia 12 de agosto	PTC
19/09/2018	Institui no município o Dia do Cooperado – 05 de agosto	PTC
20/09/2018	Para comemorar o Dia da Beleza Negra, atendendo a Lei de nº 1952/1997, e outorga do Título de Cidadã Feirense à Sra. Luislinda Dias de Valois Santos	PSC
24/09/2018	Institui no município a Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação – 3ª Semana de outubro	PTC
25/09/2018	Inclui no município o Dia do Jornalista – 07 de abril	PTC
25/09/2018	Institui no município a Semana do Servidor Público Municipal	PTC
15/10/2018	comemorar o Dia do Professor	DEM
18/10/2018	Comemorar o Dia do Médico	PTB
23/10/2018	Comemorar o Dia do Odontólogo	PSC
29/10/2018	Para comemorar o Dia do Servidor Público	DEM
07/11/2018	Inclui a Festa de Esquentada Micareta. do Distrito de Humildes no calendário oficial de eventos do município	DEM
12/11/2018	para comemorar 48 Anos da Igreja do Evangelho Quadrangular	PEN
13/11/2018	Institui o cartão de identificação para pessoas com transtorno do espectro autista residente no município	PSC
13/11/2018	comemorar o Dia dos Pais	PSDC
22/11/2018	Comemorar o Aniversário de 50 Anos da Receita Federal do Brasil	PSDB

23/11/2018	Para comemorar o Dia Municipal do Conselheiro Tutelar	PSC
03/12/2018	Dispõe sobre a inclusão do distrito da Matinha no calendário junino do município	PSDC
03/12/2018	Institui o dia 18 de março como o Dia Municipal do DeMolay	PSC
06/12/2018	Para comemorar o Dia Municipal da Consciência Evangélica	PSC
10/12/2018	Institui o dia 06 de dezembro como o Dia Municipal de mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres	PSDC
14/12/2018	Dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de eventos do município, o Natal encantado de Humildes	PPS



21/03/2018	Autoriza o Poder Executivo a firmar/renovar convênios com a União, através do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	
26/03/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial, na forma que indica	
04/04/2018	Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos professores	
04/04/2018	Institui o Fundo Municipal de Educação	PSC
24/04/2018	Opina pela aprovação, porque regulares, porém, com ressalvas, das contas da Prefeitura Municipal, relativas ao exercício de 2016	
30/04/2018	Dispõe sobre o repasse de recursos públicos municipais para organização da sociedade civil, através de parceria.	
30/04/2018	Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal	
30/04/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial, na forma que indica	
02/05/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial, na forma que indica	
15/05/2018	Estabelece a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais	
30/05/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial, na forma que indica	
11/06/2018	Dispõe sobre a concessão de desconto no IPTU, conforme especifica	
12/06/2018	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019	
01/08/2018	Acrescenta dispositivos ao artigo 117, da Lei Orgânica do Município, parte que dispõe sobre a execução orçamentária	
26/09/2018	Dispõe sobre o repasse de recursos públicos para organizações da sociedade civil	

03/10/2018	Dispõe sobre alteração do regime de despesas por adiantamento no município e revoga a Lei n 1.064/87
09/10/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial, na forma que indica.
10/10/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial, na forma que indica.
17/10/2018	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 130.000.000,00
31/10/2018	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder abono excepcional com os recursos do Fundef ao pessoal da Educação
05/11/2018	Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2019
07/11/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial na forma que indica
12/11/2018	Autoriza a abertura de crédito adicional especial na forma que indica

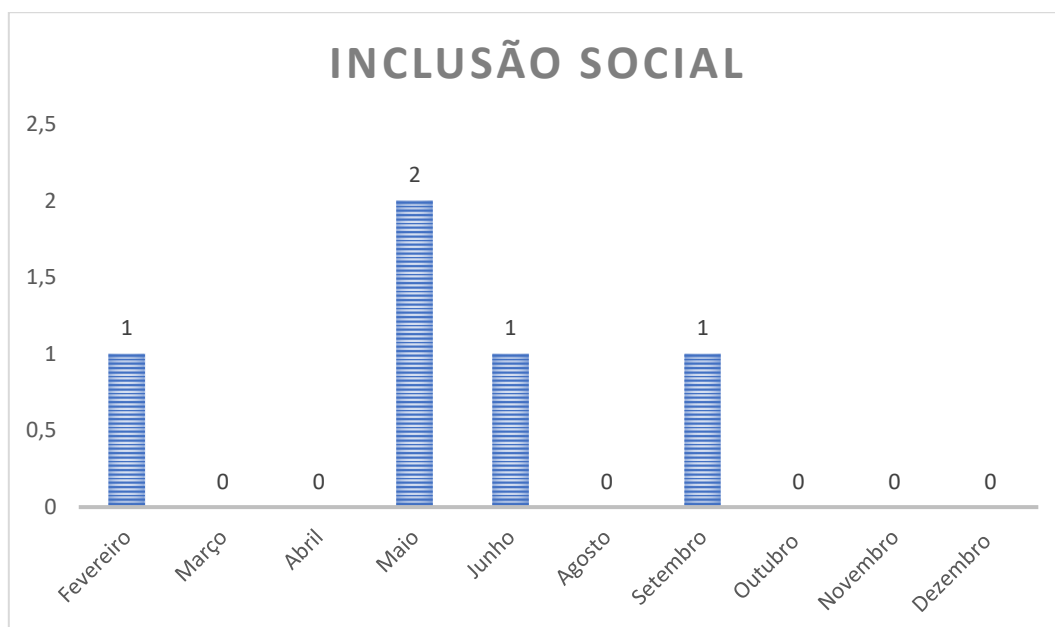


19/02/2018	Título de Cidadão Feirense ao cel. da PM Anselmo Brandão	PSDB
19/02/2018	Concessão da Comenda Maria Quitéria ao capitão da PM Carlos Eduardo Neves Brandão	PSC
19/02/2018	Título de Cidadão Feirense ao cel. da PM Luziel Andrade de Oliveira	PSC
26/02/2018	Concessão do Título de Cidadã Feirense a Sra. Medina de Lima	PSC
26/02/2018	Comenda Maria Quitéria a Sra. Pérsico	DEM
26/02/2018	Comenda Maria Quitéria ao Ex-vereador Dr. João Batista Cerqueira	PSC
28/02/2018	Comenda Maria Quitéria ao Srº Antônio José Barbosa Reis	DEM
28/02/2018	Título de Cidadão Feirense ao Srº Gildásio Gomes de Jesus	PPL
28/02/2018	Título de Cidadão Feirense ao Major Átila de Jesus do Carmo	PTB
04/03/2018	Comenda Maria Quitéria ao Sr. José Carlos Machado	PSC
05/03/2018	Título de Cidadã Feirense a Sra. Idália Roque	PEN
05/03/2018	Cidadão Feirense ao vereador Edvaldo	PSC
05/03/2018	Medalha 08 de março a várias senhoras	PV
06/03/2018	Comenda Maria Quitéria ao Sr. José Carlos Machado Pedreira	PSC
06/03/2018	Comenda Maria Quitéria à Senhora Gilbert Lucas	DEM
07/03/2018	Cidadã Feirense à Senhora Lúcia Helena Mendonça	DEM
12/03/2018	Título de Cidadão Feirense ao Arcebispo Metropolitano de Feira de Santana	DEM
19/03/2018	Comenda Gastão Guimarães à Senhora Charline de Almeida	PSC
20/03/2018	Comenda Maria Quitéria à Senhora Luciane Aparecida Brito	PSDB
22/03/2018	Comenda Áureo Filho à Senhora Maria Cristina de Oliveira Menezes	PV

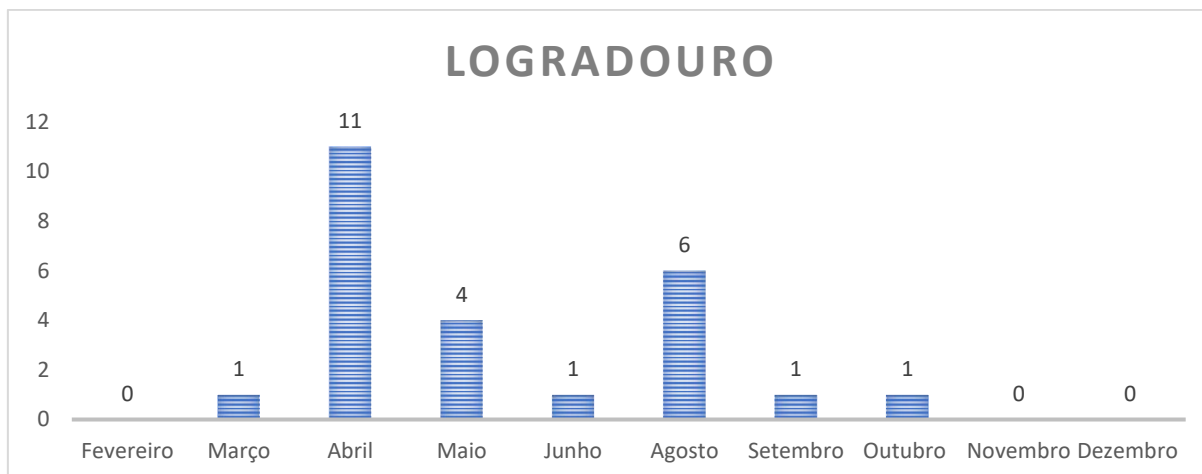
04/04/2018	Título de Cidadã Feirense à Cabo PM Senhora Andréa Costa Souza e da Comenda Maria Quitéria à Subtenente PM Senhora Ana Paula da Paixão Silva e ao Tenente PM Senhor Filipe Assis de Jesus	PEN
04/04/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Major PM Genival Moncorvo Santos	PRP
05/04/2018	Título de Cidadão Feirense ao Exmo. Senhor João Gualberto Vasconcelos, Deputado Federal	PEN
09/04/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Sr. Naron da Silva Vasconcelos	PSC
25/04/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria à Srª Lina Falcão Xavier Mota	PMB
26/04/2018	comenda Maria Quitéria ao Dr. João Batista de Cerqueira	DEM
02/05/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão feirense ao senhor Francisco Paulo Cerqueira Mota	PSDB
07/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria à senhora Cacilda Miranda da Silva	PSDC
07/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria à senhora Yris Namara Lima de Oliveira Reis	PSDC
07/05/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadã Feirense à senhora Maria Gorette Carneiro Cerqueira	PSDC
07/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria à senhora Sandra Peggy Araújo de Carvalho	DEM
08/05/2018	Comenda Doutor Gastão Guimarães ao Médico Rodrigo Serapião Mendes	DEM
16/05/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao tenente coronel José Alberto Souza e Silva Júnior	PSDC
16/05/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Sr. Jeidson Antônio Morais Marques	PSDB
17/05/2018	Comenda de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social Deputado Francisco Pinto ao Exmo. Deputado Federal José Nunes Soares	DEM
20/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Dr. Gastão Guimarães ao Dr. Cesar Kelly Villafuerte Velez	PTB
21/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao vereador Roberto Luís da Silva Tourinho	PSDB
22/05/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Sr. Ezequiel Firmo de Oliveira Júnior	PSDB
22/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria à Sra. Juscélia Figueiredo da Silva	DEM
25/05/2018	Para outorga da Comenda Dr. Gastão Guimarães à Dra. Maria Cristina Rosa Ribeiro	DEM
28/05/2018	Título de Cidadão Feirense ao Senhor Euvaldo dos Santos Neto	DEM
29/05/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Reverendo Valdemar Souza	PEN
29/05/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Capitão PM Djomar Pinheiro Cruz	PEN
30/05/2018	Condecorar com a Comenda Maria Quitéria à Senhora Angela Maria de Oliveira Pérsico	PMB
30/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Sr. Jorge Inácio Diniz	PSC
30/05/2018	Denomina Maria Alves Lima a Unidade de Saúde da Família da comunidade do Fulô, no distrito de Humildes	PSC
30/05/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Godofredo Rebello de Figueiredo Filho ao Sr. César Romero de Oliveira Cordeiro	DEM

05/06/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao senhor Antônio Lima dos Santos	PPS
11/06/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Sr. André Raimundo França Guimarães	PSDC
18/06/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Dr. Antônio Ricardo Alvarez Alban	PSDC
20/06/2018	Dispõe sobre a concessão do Título da Comenda Maria Quitana ao Sr. José Alberto Souza e Silva Júnior	PTB
20/06/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadã Feirense a Srª Jucélia Bispo dos Santos	PTB
25/06/2018	Dispõe sobre a concessão Do Título de Cidadão Feirense ao Exmº Senhor Deputado Estadual Angelo Almeida	PEN
25/06/2018	Dispõe sobre a criação da Comenda Radialista Dourival Costa	PRP
26/06/2018	Comenda Doutor Gastão Guimarães ao Médico Robson Souza Santos	DEM
28/06/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Dr. Antônio Wanderley de Almeida Júnior	PTB
06/08/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Exmo. Sr. Vereador Ewerton Carneiro da Costa	PSDB
14/08/2018	outorga do Título de Cidadão Feirense à Professora Maria das Neves Castro dos Santos	PSDB
15/08/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao tenente PM David Silva Monte Nero	PEN
21/08/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Dr. Antônio Cesar de Oliveira	PSDB
21/08/2018	Dispõe sobre a concessão do Kleber Moura dos Santos	DEM
28/08/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Sr. Franklin Macêdo de Souza	PSDC
28/08/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Sr. Marcelo Batista dos Santos	PSDC
28/08/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Sr. Basílio Fernandez	PSDB
11/09/2018	para outorga do Título de Cidadão Feirense ao Sr. Ivan de Miranda Kruchewsky	PRP
17/09/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Sr. Anderson Evangelista Ferreira	PEN
17/09/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Sr. David Silva Monte Nero	PSDC
25/09/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao Sr. Alfredo de Moraes Neto	PSDC
26/09/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria à Sra. Maria de Lourdes Souza Santana	PSDB
12/11/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao reitor da UEFS, Evandro do Nascimento	PSDB
12/11/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Zumbi dos palmares ao Sr. José Raimundo da Paixão – Big Jackson	PHS
14/11/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao senhor Carlos Alberto Almeida Mello	PTC
14/11/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao Juiz de Direito Dr. Gustavo Rubens Hungria	PSC
30/11/2018	para outorga da Comenda Maria Quitéria ao Dom José Ruy Gonçalves Lopes	PHS
04/12/2018	para outorga do Título de Cidadã Feirense à Senhora Maria Madalena de Jesus (ASCOM)	PRP

10/12/2018	Dispõe sobre a concessão da Comenda Maria Quitéria ao vereador Antônio Carlos Passos Ataíde	PSDB
10/12/2018	Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Feirense ao senhor José Cesar Souza dos Santos Oliveira	PSDB
14/12/2018	Institui o Prêmio professor do ano no município	PSC
20/09/2018	Título de Cidadã Feirense à Sra. Luislinda Dias de Valois Santos	PSC

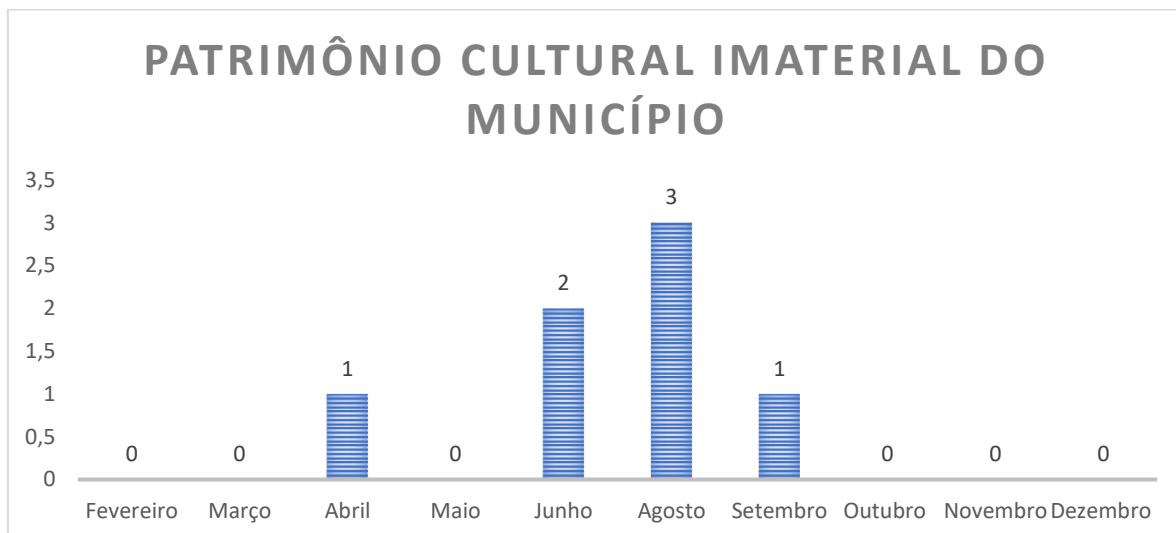


28/02/2018	Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição nos concursos públicos municipais aos candidatos hipossuficientes	PTC
02/05/2018	Dispõe sobre a utilização de banheiros, vestiários e demais espaços segregados, de acordo com a identidade de gênero, nas repartições públicas e instituições privadas em geral	PEN
08/05/2018	Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos municipais conforme especifica	DEM
19/06/2018	Dispõe sobre a reserva de vagas de emprego para trabalhadoras do sexo feminino nas empresas do ramo da construção civil contratadas pelo município	PSDC
10/09/2018	Determina a implantação de terminais de autoatendimento especialmente adaptados ao acesso e uso por pessoas portadoras de deficiências ou características que especifica.	DEM

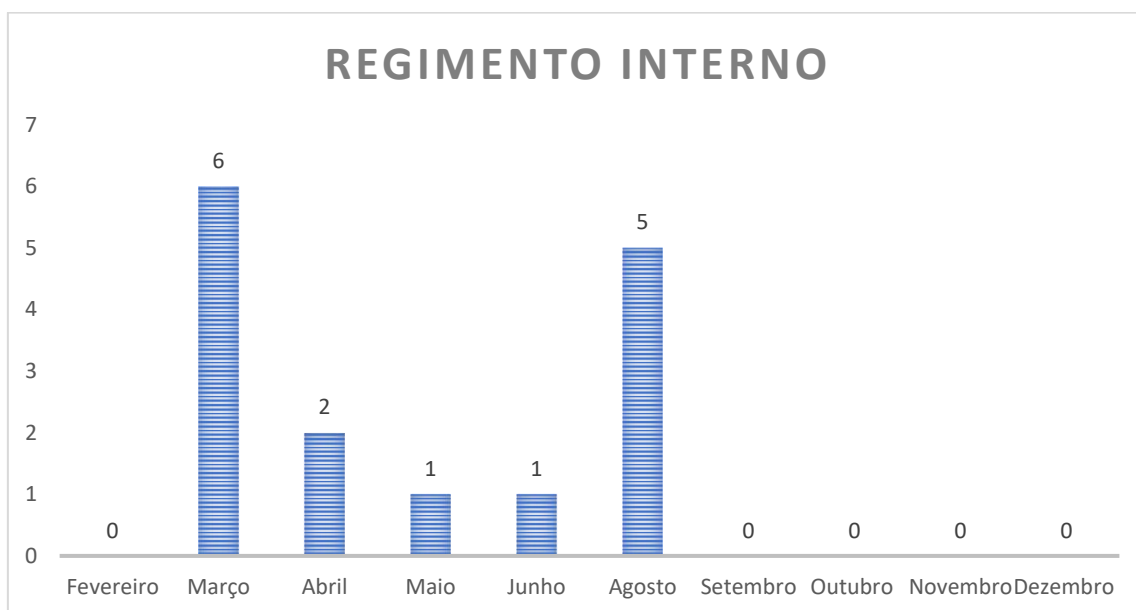


21/03/2018	Revoga a Lei no 3.560/2015, que denomina rua Durval Galeão dos Santos a rua Caracol, no bairro SIM	PSDB
16/04/2018	Altera a denominação do Corredor dos Araçás situado no distrito de Jaíba, para Rua Corredor dos Araçás, situada no bairro SIM	DEM
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Rua Vicente Aliomar Barros, no Santo Antônio dos Prazeres	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Avenida Bernardo Martins Catharino, no SIM e Santo Antônio dos Prazeres	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Avenida Gracindo de Freitas Medeiros, na Mangabeira	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Rua Claudemiro Campos Suzart, no SIM	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Rua Davino Marques de Oliveira, na Pampalona	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Rua do Salvador, na Terra Dura	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Rua do Sossego, no Santo Antônio dos Prazeres	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Rua Rollie E. Poppino, no Santo Antônio dos Prazeres	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de Rua Rubens Francisco Dias, no Papagaio	
30/04/2018	Dispõe sobre a denominação de várias Ruas do Loteamento Cantos dos Ipês, no Santo Antônio dos Prazeres	
07/05/2018	Dispõe sobre a denominação de avenida Antônio Ribeiro Marques, no bairro Registro	
07/05/2018	Dispõe sobre a denominação de rua no loteamento Cinco Estrelas, no bairro Aviário	
07/05/2018	Dispõe sobre a denominação de rua Passo Alegre, no bairro Lagoa Salgada	
09/05/2018	Dispõe sobre a denominação de ruas no loteamento Cinco Estrelas, no bairro Aviário	
19/06/2018	Dispõe sobre a denominação de logradouro público no Povoado de Baixa Fria, Distrito de Tiquaruçú, neste município	DEM
08/08/2018	Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos na localidade de Três Riachos, bairro Nova esperança	
08/08/2018	Dispõe sobre a denominação de rua Villare a via pública localizada em frente ao Condomínio Vila das Palmeiras, bairro Santo Antônio dos Prazeres	
28/08/2018	Denomina avenida Tomé de Souza a atual rua Tomé de Souza, no bairro Calumbi	PRP
28/08/2018	Denomina praça Jerônimo Honorino Carneiro, a praça situada na rua B, no conjunto Morada do Sol, bairro Calumbi	
19/09/2018	Dispõe sobre denominação de logradouros públicos no bairro Santo Antônio dos Prazeres	DEM

13/11/2018	Dispõe sobre red denominação de logradouros públicos	PSC
29/08/2018	Denomina avenida Tomé de Souza a atual rua Tomé de Souza, no bairro Calumbi	PRP
13/08/2018	Denomina rua Coimbra, a rua localizada entre as ruas Dois Irmãos e Assis, no bairro Asa Branca	PSDB

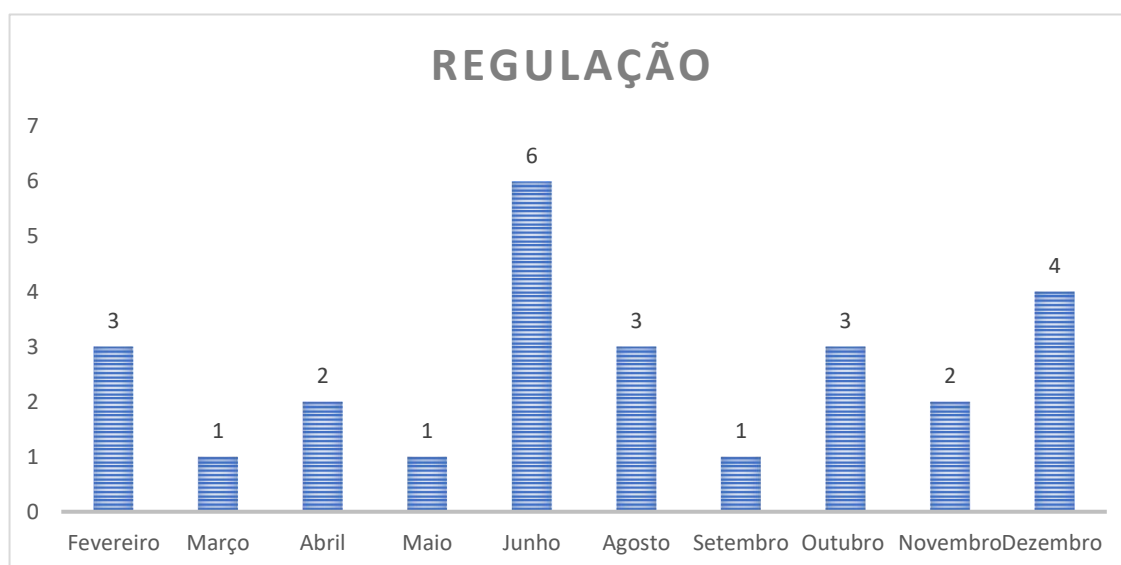


24/04/2018	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do município os festejos da Micareta	PPS
05/06/2018	Considera como patrimônio cultural imaterial as “Quadrilhas Juninas” de Feira de Santana	PSDC
11/06/2018	Dispõe sobre o reconhecimento como patrimônio cultural de natureza imaterial a Marcha para Jesus no Município de Feira de Santana	PSC
08/08/2018	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial a Festa da Padroeira do município	PPL
08/08/2018	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial o Bando Anunciador	PPL
21/08/2018	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial a festa da padroeira do município	DEM
04/09/2018	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Município as “feiras livres”	PPS



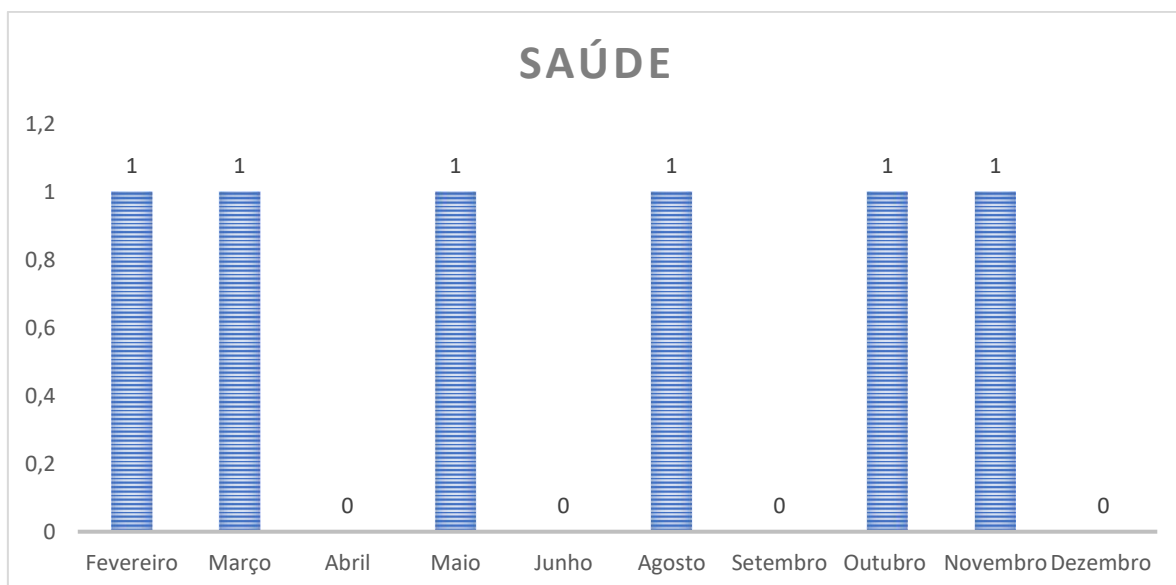
03/03/2018	Suprime dispositivo da Resolução 396/2002, que cria a Comenda Dr. Gastão Guimarães	PSC
------------	--	-----

06/03/2018	Suprime dispositivo da Resolução 396/2002, que cria a Comenda Dr. Gastão Guimarães	PSC
12/03/2018	Altera e acrescenta o regimento interno	
20/03/2018	Altera a redação do caput do art. 49, da Lei Orgânica do Município, que dispõe sobre o período de funcionamento legislativo da Câmara Municipal	PP
20/03/2018	Altera a redação do art. 49, da Lei Orgânica do Município, que dispõe sobre o período de funcionamento legislativo da Câmara Municipal	PSDB
20/03/2018	Altera a parte final do art. 50 da Lei Orgânica, parte sobre a eleição da Mesa Diretiva	
02/04/2018	Altera a redação de dispositivo do Regimento Interno – artigo 46	PSC
03/04/2018	Altera dispositivo da Lei Complementar 56/2011, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal	
07/05/2018	Acrescenta e altera dispositivo do art. 19, da Lei Orgânica do (PODER EXECUTIVO)	
11/06/2018	Altera a redação de dispositivo do Regimento Interno – § 2º, do art. 9º	
06/08/2018	Altera a redação de dispositivo do Regimento Interno – Art. 405, que dispõe sobre a Tribuna Livre da Câmara	PSC
12/08/2018	Altera a redação do Capítulo III, do Título VII, Seções I e II do Regimento Interno da Casa, que dispõe sobre honorarias	
15/08/2018	Modifica a redação de Inciso do artigo 46 do Regimento Interno	PSC
15/08/2018	Suprime e acrescenta dispositivos do artigo 46 do Regimento Interno	DEM
20/08/2018	Dispõe sobre a alteração dos artigos 46 e 55 do Regimento Interno – Resolução 393/2002	PSC

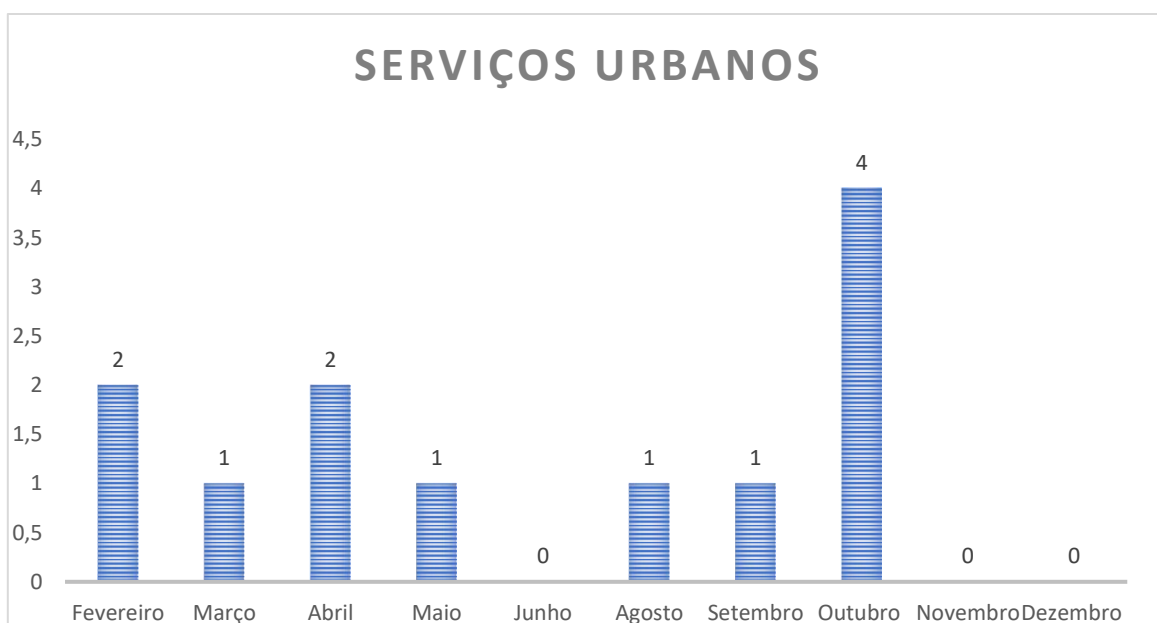


06/02/2018	Estabelece o controle na comercialização de ácidos, de forma isolada ou em associação às pessoas física	DEM
19/02/2018	Dispõe sobre o abastecimento com Gás Natural Veicular – GNV no município	PTC
20/02/2018	Disciplina o uso e ocupação do Centro de Comércio Popular de Feira de Santana	PPL
26/03/2018	Dispõe sobre a obrigação de estabelecimentos públicos e privados inserirem o símbolo mundial do autismo em placas de atendimento prioritário	PSC
04/04/2018	Altera dispositivos da Lei Complementar 056/2011, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal	
04/04/2018	Regulamenta o serviço de transporte individual e alternativo complementar com o uso de motocicleta de aluguel	
09/05/2018	Institui sanções administrativas para atos de vandalismos	PSC

06/06/2018	Altera as disposições do art. 4º, da Lei 2.956/2008, que estabelece a composição do Conselho Municipal de Cultura	
11/06/2018	Dispõe sobre alterações na Lei 3.473/2014, que institui o Código de Obras e Edificações do município	PSDB
19/06/2018	Dispõe sobre a implantação de telecomunicadores nas agências lotéricas	PSDC
25/06/2018	Obriga os estabelecimentos de ensino a afixarem nas secretarias e nas listas de material escolar o conteúdo da Lei Federal 12.886/13, que obriga as instituições de ensino a embutir o custo do material de uso coletivo na mensalidade do estudante	PSC
25/06/2018	Torna obrigatória a instalação de equipamentos de sensores de metais em espetáculos e estabelecimentos similares com capacidade superior a 100 pessoas	PSC
26/06/2018	Assegura a denominação "Polícia Municipal de Feira de Santana" à corporação Guarda Municipal de Feira de Santana	PP
08/08/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação do sistema de monitoramento por câmeras de vídeo, nas áreas internas e externas das boates, casas de shows, eventos e similares com capacidade acima de 100 pessoas	DEM
13/08/2018	Altera a Lei Complementar 56/2011, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal e Novo Plano de Carreira	
18/08/2018	Altera a Lei Complementar 01/1994, que dispõe sobre o Estatuto e sistema de carreira dos servidores do município	
04/09/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas contratadas através de licitação para execução de obras em admitir no mínimo 30% da mão de obra entre moradores do município	PPL
09/10/2018	Altera a redação de dispositivo da Lei Complementar 56/2011, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal	PRP
22/10/2018	Dispõe sobre a classificação indicativa em exposições e mostras de artes visuais no município	PEN
23/10/2018	Altera e acrescenta dispositivos à Lei Orgânica do Município, parte que dispõe sobre a utilização de bens municipais por particulares	PRP
19/11/2018	Altera a redação do artigo 1º, da Lei 3.746/17, na forma que indica	
19/11/2018	Altera a redação do artigo 4º, da Lei 2.956/08, forma que indica	
03/12/2018	Acrescenta dispositivo à Resolução 386/2001, que dispõe sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar, conforme especifica	
04/12/2018	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana	
04/12/2018	Atualiza a Lei do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo	
04/12/2018	Atualiza o Código de Obras	



05/02/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de caixa d'água limpas e tampadas nos estabelecimentos comerciais, indústria e residência no município	PPS
13/03/2018	Institui a realização de teste de acuidade visual e auditiva nas escolas e creches da rede municipal de ensino	PPS
09/05/2018	Dispõe sobre acompanhamento terapêutico contínuo, em grupo, para mulheres com câncer de mama	PSDC
20/08/2018	Dispõe sobre procedimento do Câncer de mama	PSDC
10/10/2018	Dispõe sobre a introdução e assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais das escolas públicas municipais	PPL
10/12/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde públicas e privadas sediadas no município fornecerem cópias dos laudos dos exames complementares aos pacientes, uma vez comprovada a necessidade	PTC



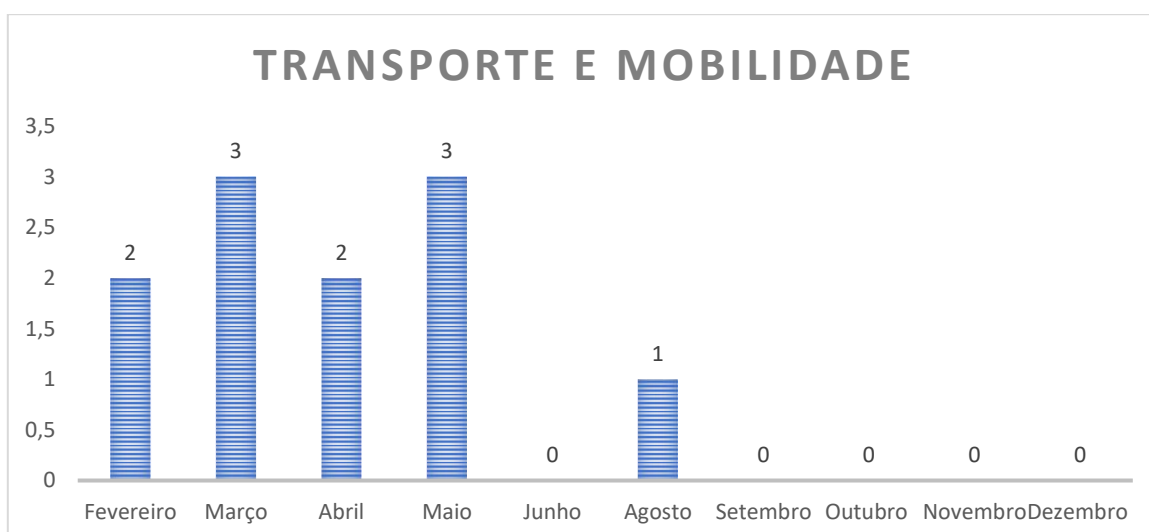
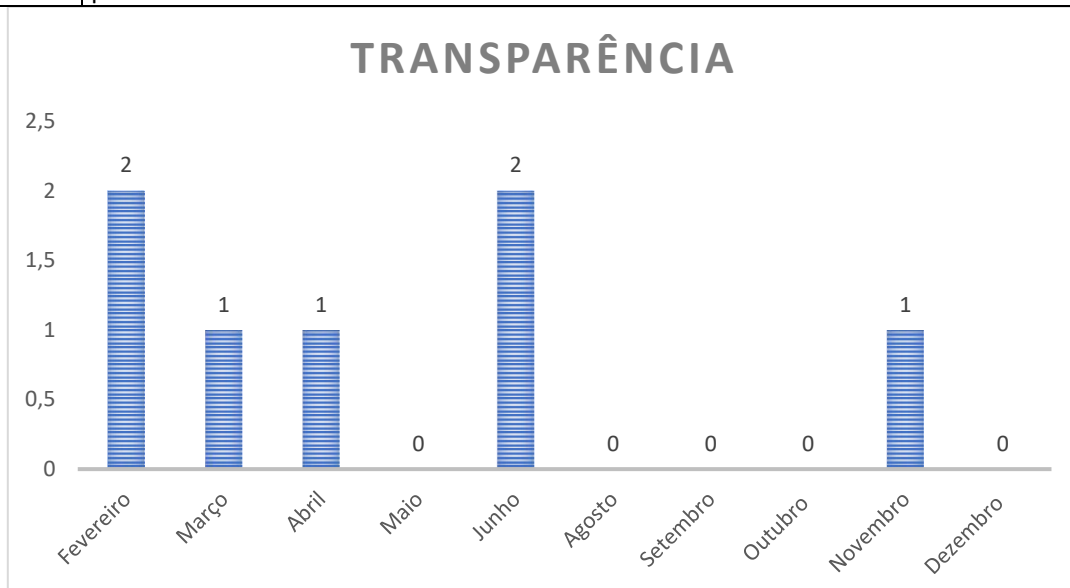
19/02/2018	Dispõe sobre a criação do serviço Disque Lâmpada no município	PSC
20/02/2018	Dispõe sobre a criação do cemitério e crematório de animais domésticos de pequeno e médio porte	PSC

19/03/2018	Dispõe sobre a proibição dos agentes ou prepostos de empresas de telefonia e outros, subir nos postes sem uso de sinais de identificação	PSC
02/04/2018	Institui o Programa de Cadastramento Visual Infantil para os alunos da rede municipal de ensino	PP
30/04/2018	A diversas alíneas do artigo 9 (nove), do Projeto de Lei 207/2017, que dispõe sobre a Política Municipal de Atenção ao Idoso, de autoria do edil Roberto Tourinho.	PSC
09/05/2018	Dispõe sobre a execução de serviços programados na rede de energia elétrica	PSC
27/08/2018	Dispõe sobre a introdução do programa de avaliação oftalmológica e auditiva dos alunos da rede municipal de ensino	PPS
04/09/2018	Institui o programa de assistência pedagógica aos alunos do ensino fundamental da rede pública municipal	PROS
16/10/2018	Dispõe sobre a redução da carga horária do servidor público que possua filho com necessidades especiais	PROS
24/10/2018	Dispõe sobre a criação do programa de prognóstico e diagnóstico de autismo nas redes municipais de saúde e de ensino	PV
24/10/2018	Dispõe sobre o oferecimento de exames para a avaliação do diagnóstico precoce do autismo na rede pública de saúde do município	PV
10/12/2018	Estabelece diretriz para o padrão de implantação e adequação de praças para o programa “praça cultural e social” no município	

05/02/2018	Institui a ficha limpa na nomeação de cargos comissionados no âmbito do município	PT
28/02/2018	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de informações sobre a gestão dos serviços de saneamento básico, por parte da concessionária, no município	PTB
12/03/2018	Dispõe sobre a afixação de lista dos médicos plantonistas e o que mais especifica	PP
24/04/2018	Acrescenta e altera dispositivo do art. 19 da Lei Orgânica do Município, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação de atos municipais	
19/06/2018	Dispõe sobre a divulgação das receitas de multas de trânsito e sua destinação	PROS
26/06/2018	Dispõe sobre a divulgação das listagens dos pacientes que aguardam consultas com especialistas, exames e cirurgias na rede pública do município	PSC

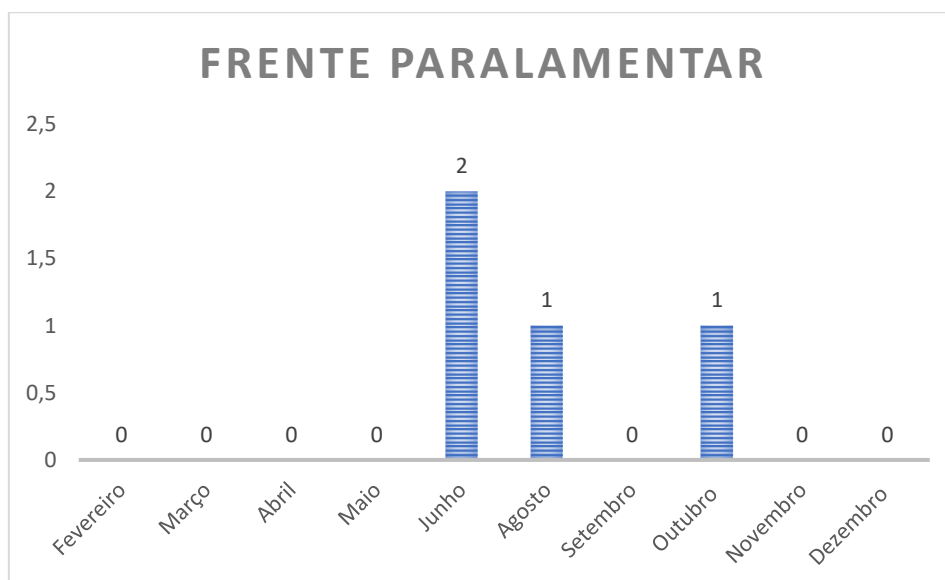
26/11/2018

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder executivo divulgar informações sobre obras públicas paralisadas, contendo os motivos, tempo de interrupção e nova data prevista para o término

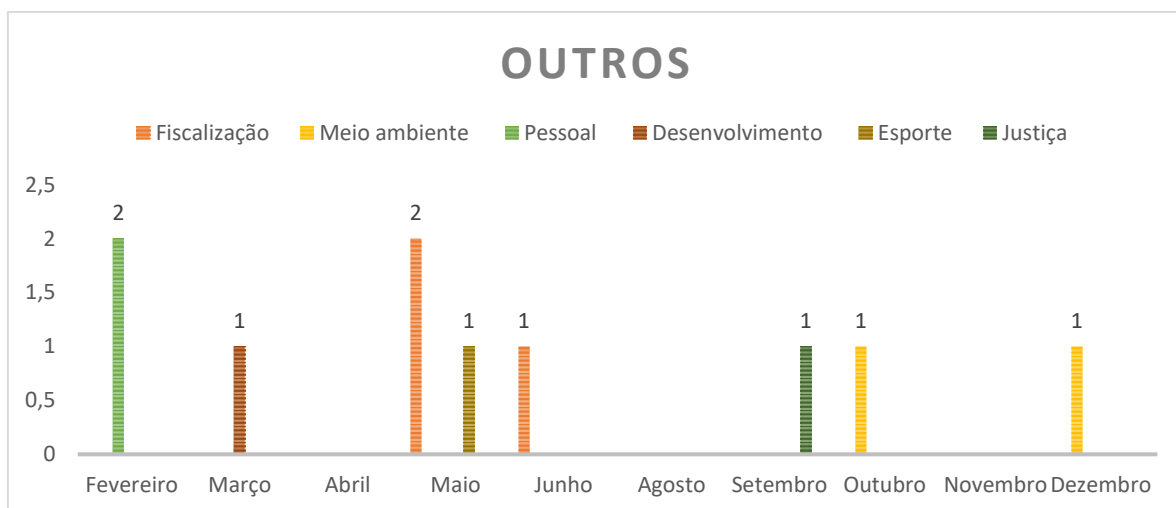


19/02/2018	Disciplina o funcionamento dos aparelhos de fiscalização eletrônica de trânsito no município	PSC
26/02/2018	Altera, suprime e dá nova redação a dispositivos da Lei 1.889/97, que institui o transporte público alternativo e complementar no município	PSC
07/03/2018	Dispõe sobre a permissão do uso de faixas e corredores exclusivos de ônibus do transporte coletivo urbano, por vans e ônibus que realizam transporte escolar	PEN
19/03/2018	Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados nas vias públicas municipais	PSC

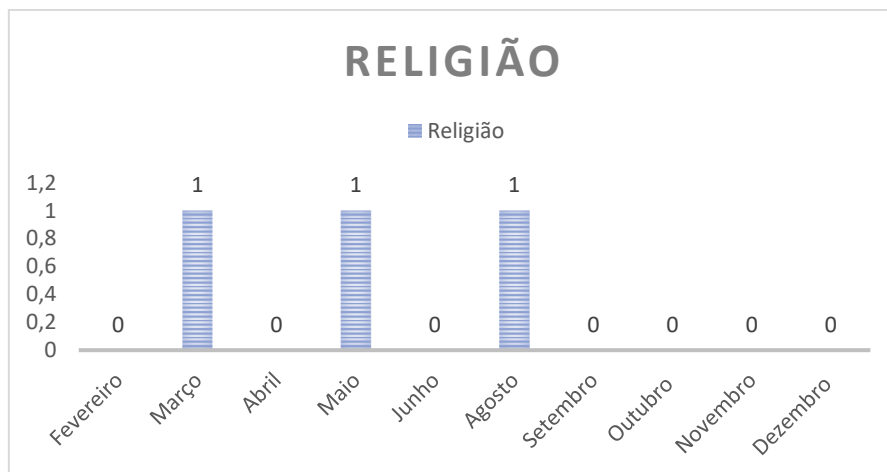
28/03/2018	Dispõe sobre a não aplicação de multa por invadir o sinal vermelho a partir das 23 horas às 05 horas, pelos radares municipais	PSDC
02/04/2018	Dispõe sobre o transporte escolar fornecido aos residentes e/ou domiciliados nos condomínios Minha Casa, Minha Vida	PPS
04/04/2018	Institui o Plano de Mobilidade de Feira de Santana	PSC
15/05/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade de supermercados e similares manterem a disposição de seus clientes com deficiência ou mobilidade reduzida cadeiras de rodas	PSC
15/05/2018	Assegura a reserva de vagas nos estacionamentos em vias públicas do município para os idosos condutores de motocicletas ou motonetas com idade igual ou superior a 60 anos	PPS
23/05/2018	Acrescenta dispositivos à Lei 322/2015, que dispõe sobre sinalização nos radares do município	PRP
20/08/2018	Dispõe sobre a proibição de blitz do IPVA, no âmbito do município	PRP



25/06/2018	Cria a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	PSDC
25/06/2018	Cria a Frente Parlamentar de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Feira de Santana	PSC
06/08/2018	Cria a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos das Mulheres	PSC
15/10/2018	Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar para a promoção da igualdade racial de Feira de Santana	PTB



28/05/2018	Dispõe sobre a cassação de alvará de licença e funcionamento de estabelecimentos nos quais ocorram adulteração de combustíveis	Fiscalização	DEM
08/05/2018	Dispõe sobre a fiscalização dos serviços das serventias extrajudiciais de registro civil e dá outras providências	Fiscalização	PT
26/06/2018	Dispõe sobre a realização de análises das águas dos reservatórios das escolas e creches municipais	Fiscalização	DEM
17/10/2018	Dispõe sobre a proibição de canudos plásticos em restaurantes, bares, quiosques, hotéis e similares no município	Meio ambiente	PSC
14/12/2018	Dispõe sobre a captação das águas da chuva dos imóveis públicos municipais	Meio ambiente	PPS
07/03/2018	Dispõe sobre a concessão de isenção fiscal para indústrias e fábricas instaladas nos distritos do município	Desenvolvimento	PRP
21/05/2018	Dispõe sobre a instituição do Sistema Municipal do Desporto	Esporte	PSC
11/09/2018	Proíbe a concessão de títulos honoríficos e quaisquer honorarias durante período eleitoral a vereador candidato	Justiça	PSC
06/02/2018	Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro adicional aos agentes de combate a endemias e agentes comunitários de saúde	Pessoal	PSC
28/02/2018	Dispõe sobre a autorização do uso de bermudões, calças e bermudas nas repartições públicas municipais	Pessoal	PSC



19/03/2018	Dispõe sobre a isenção da cobrança da contribuição de iluminação pública às igrejas e templos de qualquer culto ou denominação	Religião	PP
08/05/2018	Proíbe nas cerimônias de casamento coletivo, organizado por órgãos da administração direta e indireta do município, realizar a união de pessoas do mesmo sexo em templos religiosos.	Religião	PP
06/08/2018	Determina a colocação de monumento ao Deus Israel no Plenário da Câmara	Religião	PEN